

VEREADOR

EDUARDO SUPLYCY

MANDATO 2017 - 2023

**POR UMA SÃO PAULO MAIS
JUSTA, FRATERNA E SOLIDÁRIA**

RESPEITE

- 0 -

VOTO

RESPEITE

- 0 -

POVO

APRESENTAÇÃO

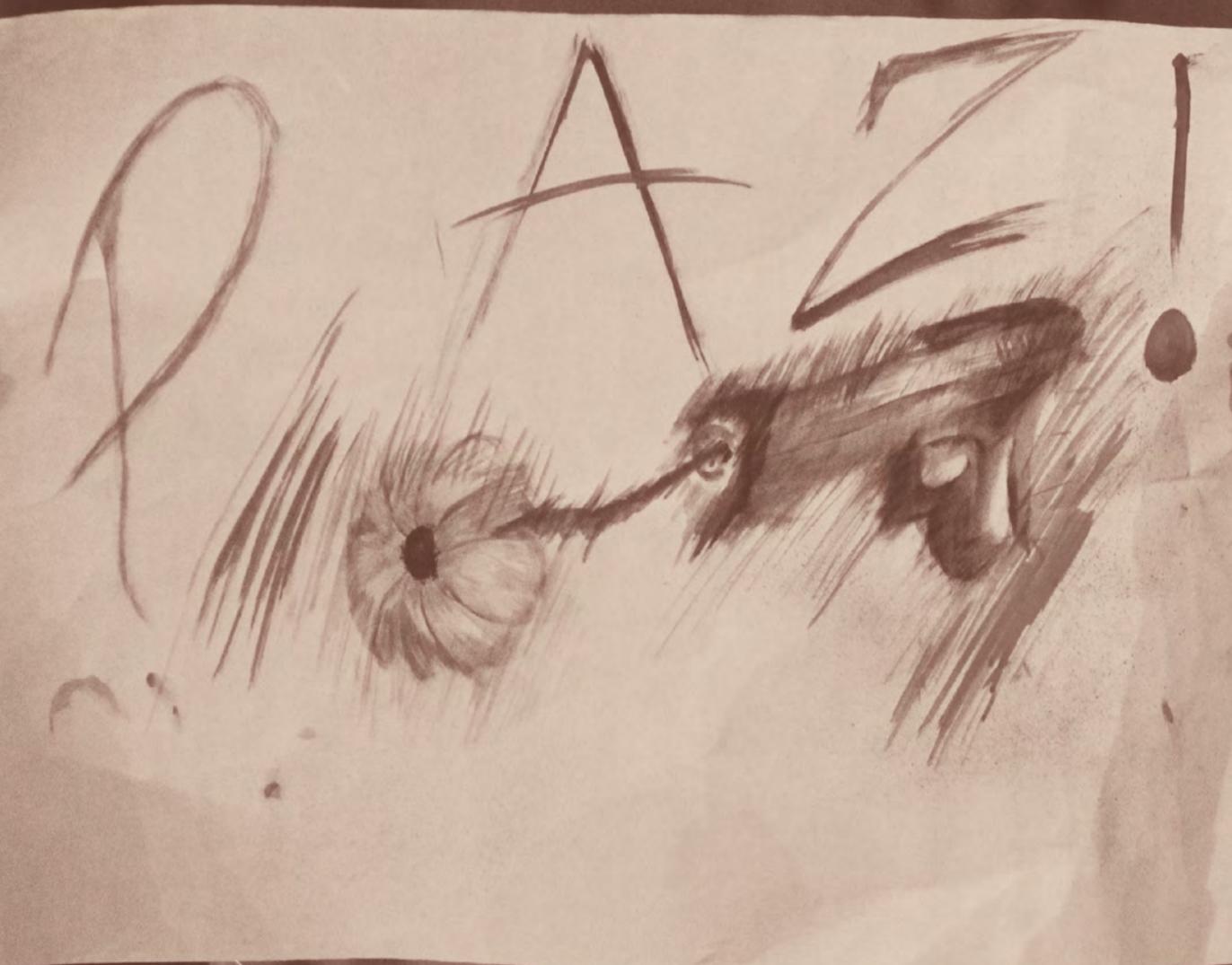
Esta publicação pretende ser um balanço dos dois últimos mandatos do vereador Eduardo Suplicy, tanto da primeira legislatura, entre 2017 e 2020, quanto da segunda, entre 2021 e 2023.

Procuramos reunir aqui as principais realizações do mandato referentes a dez áreas de atuação prioritárias (renda básica de cidadania; trabalho, renda e economia solidária; população em situação de rua; Cracolândia; direitos LGBTQIA+; direito à cidade e moradia; educação e cultura; meio-ambiente; povos indígenas; e aperfeiçoamento da democracia), além de algumas transversais, tais como mitigação dos efeitos da pandemia e combate ao racismo e à violência institucional contra pessoas negras. Dentro de cada capítulo, buscamos destacar as principais atividades parlamentares relacionadas à área em questão e reunir depoimentos de parceiros e parceiras envolvidos no tema.

O mandato de um vereador, porém, não se resume a propostas legislativas e participação em comissões – muito menos o de Eduardo Suplicy. Como fica nítido a partir dos números compilados aqui e também de vários dos depoimentos recolhidos, uma das principais atividades da equipe do gabinete de Suplicy – e do próprio vereador – foi a do atendimento direto a solicitações dos cidadãos e cidadãs, além do diálogo constante com os movimentos e organizações da sociedade civil atuantes na cidade. Não é fácil transmitir por escrito esse que é um dos aspectos mais dinâmicos e constantes do mandato, mas, ao longo das seções, assim como num capítulo dedicado ao tema ao final da publicação, procuramos reunir ao menos alguns dos atendimentos mais marcantes dentre os milhares realizados ao longo dos seis anos de Suplicy na Câmara dos Vereadores.

Ao final, também listamos todos os projetos de lei apresentados, requerimentos de informação solicitados ao Executivo, representações registradas no Ministério Público e no Tribunal de Contas do Município, além das principais iniciativas apoiadas por sua verba de emenda parlamentar.

Como não podia deixar de ser, já que muito foi feito por Suplicy e sua equipe, tivemos de fazer escolhas, e muito teve de ficar de fora da publicação, mas acreditamos na importância deste registro como memória e prestação de contas do mandato, para consulta de todas e todos os colegas, parceiros, jornalistas, pesquisadores, eleitores e não eleitores do vereador – enfim, de todas e todos os cidadãos paulistanos –, em coerência com os princípios de transparência que Eduardo Suplicy sempre cobrou de seus pares e procurou imprimir à sua atuação política.



SUMÁRIO

Um balanço do mandato: Entrevista com Eduardo Suplicy	4
Principais temas de atuação do mandato	17
1. Renda básica de cidadania	18
2. Trabalho, renda, cooperativismo e economia solidária	22
3. População em situação de rua	30
4. Cracolândia	36
5. Defesa de direitos de pessoas LGBTQIA+	42
6. Direito à cidade e moradia	46
7. Educação e cultura	52
8. Meio ambiente	62
9. Povos indígenas	66
10. Aperfeiçoamento da democracia	70
Atendimentos	78
Casos marcantes	82
Compromissos	87
Detalhamento das atividades parlamentares	89
Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)	89
Emendas Parlamentares	90
Projetos de Lei	92
Representações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Município	101
Requerimentos de Informações e Pedidos de Acesso à Informação ao Poder Executivo	103

UM BALANÇO DO MANDATO: ENTREVISTA COM EDUARDO SUPLYCY

Você teve um cargo no Executivo – secretário de Direitos Humanos na prefeitura de Fernando Haddad –, mas a sua trajetória política foi principalmente no Legislativo. No que diz respeito a essa experiência no Legislativo, qual é a grande diferença, por exemplo, entre ser senador e ser vereador?

O que distingue o trabalho no município e no Senado é sobretudo a proximidade com as pessoas. No Senado Federal, eu, sendo um economista e professor de economia, estive sempre preocupado com quais eram os planos apresentados pelo governo para promover o emprego e a melhor distribuição da renda e da riqueza, por exemplo. Como membro da Comissão de Relações Exteriores, também sempre indaguei os embaixadores e ministros sobre as relações do Brasil com os demais países, preocupado também com a questão da paz no mundo.

Já aqui em São Paulo, eu sou um representante do povo paulistano, que precisa estar atento a tudo o que acontece nesta metrópole, verificando os problemas que estão acontecendo, desde aqueles relacionados ao transporte público até aqueles que dizem respeito à qualidade de vida das pessoas, principalmente tendo em vista que tantas delas, nos últimos anos, atingidas seja pelo desemprego, seja por outras condições, foram levadas a viver em situação de rua.

Nós, infelizmente, vimos nesses últimos seis anos um aumento da população vivendo em situação de rua, inclusive naquelas áreas onde começou a existir o chamado fluxo da Cracolândia. Ali tem havido problemas muito sérios, de complexidade intensa, que atingem os moradores, os comerciantes e a própria população vivendo em situação de rua. Como resolvê-los? Não é fácil.

Fui chamado muitas vezes por pessoas em situação de rua, inclusive na região da Cracolândia, porque as forças, sejam policiais militares, policiais civis ou guardas civis metropolitanos, as estavam retirando dos locais onde estavam, embaixo dos viadutos ou nas praças públicas.

Só pra você ter uma ideia, certo dia, em 2017, me ligaram aqui em casa, tipo sete horas da manhã e me disseram: “Venha correndo, porque na alameda Dino Bueno com a rua Helvetia tem centenas de policiais retirando as pessoas com gás de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes e tudo”. Naquele dia, o prefeito João Dória disse: “Acabou a Cracolândia”. Mas os policiais foram retirando as barracas e pertences das pessoas em situação de rua e elas foram caminhando da alameda Dino Bueno e rua Helvetia para a outra praça ali perto, a praça Princesa Isabel. E este problema tem aumentado desde então.

Eu, como vice-presidente, e Erika Hilton, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, formamos um grupo de trabalho para estudar como solucionar os problemas da região, interagindo com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ouvimos os comerciantes, os moradores do bairro, da Santa Ifigênia, da Luz, para ver como resolver esse problema tão complexo. Também estivemos lá para entender as questões da população em situação de rua envolvida com o crack e outras drogas.



Outra das questões de maior peso em São Paulo é a do transporte público: um vereador precisa estar atento se os sistemas estão funcionando – os ônibus, o metrô, o sistema de táxi, de aplicativos. Outro problema que está ocorrendo diz respeito aos entregadores de alimentos...

Mas tem algo que ambas as posições têm em comum para mim. A minha preocupação é sempre a de colocar em prática aqueles instrumentos de política que signifiquem a elevação do grau de justiça na sociedade, visando à construção de uma nação justa, civilizada, fraterna, solidária.

Que instrumentos podem elevar o grau de justiça? Por exemplo, quando se aboliu a escravidão, claramente elevamos o grau de justiça – ainda que seja preciso ressaltar que não tomamos todas as medidas necessárias para compensar mais de três séculos de escravidão.

Se nós promovermos a melhor qualidade de educação para todos os meninos e meninas, todos os jovens, se possível em tempo integral, e para os adultos, inclusive aqueles que não tiveram boas oportunidades de educação, à luz dos ensinamentos de Paulo Freire, se provermos a melhor qualidade de assistência à saúde na cidade e no campo, e em todos os bairros de cada cidade, por meio do Sistema Único de Saúde, estaremos elevando o grau de justiça. Se promovermos mais e mais as oportunidades de economia solidária, de formação de cooperativas, à luz dos ensinamentos de Paul Singer, nós também estaremos elevando o grau de justiça. Se provermos mais e mais microcrédito, à luz dos ensinamentos de Muhammad Yunus, também estaremos elevando o grau de justiça.

E também o aperfeiçoamento dos sistemas de transferência de renda. Hoje nós temos o Benefício da Prestação Continuada, o Seguro Desemprego, o Auxílio Brasil, que será substituído pelo novo Bolsa Família, até chegarmos àquilo que eu tanto tenho estudado e pregado, que é a Renda Básica de Cidadania, que felizmente consegui que fosse aprovada como lei, sancionada pelo presidente Lula em 2004, e que se refere ao direito de toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade e condição civil ou socioeconômica, de participar da riqueza comum de nossa nação.

E como isso se traduziu na sua ação como vereador?

No que diz respeito à questão da educação, por exemplo, eu, como vereador, fui membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, com uma interação bastante forte com tudo aquilo que significasse a melhoria da qualidade de educação nas escolas da rede pública que, ao nível municipal, cuida sobretudo da educação do primeiro grau – creches, jardins da infância e escolas de primeiro

grau. Muitas vezes, na comissão, tivemos audiências com os professores da rede pública escolar, estudantes, diretores. Também lidamos com a questão do transporte público para os estudantes, da alimentação, da merenda escolar.

Quanto à saúde, verificamos em que medida o sistema está funcionando bem, se todos os postos de saúde do município de São Paulo estão funcionando bem. Também fui convidado a visitar o Hospital do Servidor Público de São Paulo para verificar a qualidade do atendimento.

Durante o governo Fernando Haddad, seis meses antes de terminar o mandato, eu, junto com as outras secretarias municipais, fizemos uma proposta para instituir a Renda Básica de Cidadania municipal. E encaminhamos essa proposta ao prefeito, e o prefeito encaminhou, no último dia de seu mandato, ao presidente da Câmara Municipal, que era o Antônio Donato, o projeto de lei para instituir em São Paulo a Renda Básica de Cidadania. Essa proposta acabou sendo apreciada e votada, mas em caráter emergencial, durante o período da pandemia, e ainda não em caráter permanente.

Mas este continua a ser o meu objetivo principal de vida. Eu acredito na proposta da Renda Básica de Cidadania universal e incondicional.

Ela ainda não está instituída. Infelizmente, nós perdemos a Copa do Mundo de futebol, mas tem uma coisa na qual eu acredito muito: nós podemos ganhar a Copa do Mundo da Renda Básica de Cidadania. Primeiro porque somos o primeiro país do mundo que tem uma lei de renda básica aprovada no Congresso por todos os partidos e sancionada pelo presidente. Essa lei foi aprovada há 19 anos, mas ainda precisa ser implementada, e eu tudo farei para que isso aconteça. A cada semana eu tenho realizado ações para isso.



Qual você acha que é o papel de um município na questão da transferência de renda, principalmente um município como São Paulo, com um orçamento tão grande?

Em Maricá (RJ), o município que está levando adiante a instituição da renda básica de cidadania no Brasil, 42.500 pessoas, um quarto da população da cidade, recebe R\$ 200 mensais como direito. E o que a Prefeitura prevê é que, até o final de 2023, 80 mil pessoas, e, até o final de 2024, todas as pessoas residentes em Maricá há três anos ou mais estejam recebendo uma renda básica, que hoje está em R\$ 200. É claro que isso é possível graças à receita que Maricá tem por conta dos royalties do petróleo. Se nós formos comparar, Maricá tem uma receita três vezes maior per capita do que São Paulo. Mas São Paulo tem uma receita muito significativa também, proveniente de um complexo de fontes de riqueza geradas aqui. Avalio que é perfeitamente possível, portanto, que a Prefeitura de São Paulo, combinando-se com as fontes de recursos estaduais e federais, institua a renda básica de cidadania também aqui, para seus 12 milhões de habitantes, de maneira exemplar.



Muitas pessoas que tiveram alguma relação com o seu mandato, seja como beneficiárias ou parceiras, dizem que você é muito aberto e disponível a ouvir as demandas e a estar nos lugares onde é chamado. Por exemplo, quando alguém é preso de madrugada, quando tem um incêndio, ligam para o Suplicy...

É verdade! Acontece mesmo! Por exemplo, no dia da convenção do PT que indicou o Fernando Haddad para ser candidato à reeleição, e eu novamente para ser vereador, no Sindicato dos Bancários, um grupo de movimento de moradia veio falar com o Haddad: “Vamos ter um problema amanhã, porque tem uma ordem de remoção de 350 moradias e famílias no bairro João XXIII, no sul da cidade”.

Isso foi domingo. Na segunda-feira, às sete horas da manhã, me ligam: “Está aqui a polícia, com cachorros, armada, tudo”. Eu fui guiando até lá. Quando cheguei, pedi à oficial de justiça que telefonasse para a juíza que deu a ordem de remoção. A minha intenção



era pedir mais tempo, para ver se encontrávamos uma solução para as famílias. Mas a oficial disse que não poderia ligar para a juíza e ordenou que a remoção fosse adiante. Algumas dezenas de policiais, com escudo em uma mão, cassetete na outra e arma na cintura, começaram a subir o morro, e, por trás, subiam tratores para a remoção. Só que as famílias se colocaram lado a lado, em cima do morro, e começaram a empurrar os escudos. Eu vi aquela cena e falei: “Aqui vai ocorrer um problema sério e pessoas vão ser feridas”. Então me deitei no chão, entre as famílias e os policiais.

A oficial de justiça pediu que me levantasse. E eu pedi novamente para falar com a juíza. Ela disse mais uma vez que não seria possível. Eu, sendo um discípulo de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr., decidi não me levantar. Ela ordenou então que me levassem. Dois policiais me seguraram pelas mãos, dois pelas pernas, e me levaram até a viatura, a uns cento e tantos metros de lá.

De lá, eu fui levado até o Distrito Policial do Butantã. Por acaso, até encontrei um delegado que me lembrou um episódio, pouco depois do massacre do Carandiru, de quando eu era senador, no qual passei a noite na Casa de Detenção a pedido dos presos, pois tinha havido o início de uma rebelião e a polícia ameaçava entrar e eles estavam com medo de um novo massacre.

Quando há um problema, digamos que a polícia esteja afastando a população em situação de rua que está vivendo sob os viadutos em barracas, acontece muitas vezes de eu ser chamado. Eu atendo aos chamados e procuro fazer com que haja o devido respeito àquelas pessoas – no caso, pessoas em situação de rua. Também quando houve manifestações aqui na Câmara de São Paulo por parte de professoras e professores que estavam lutando por seus direitos, e houve um conflito entre a Guarda Civil Municipal e professores dentro do plenário, ao observar uma professora que estava sendo segurada pelos guardas civis, me senti no dever de interferir e dizer; “Não, ela tem o direito de, como cidadã, de estar realizando um protesto”. São as mais diversas situações.

Felizmente, percebo que a população, especialmente a mais carente, e especialmente os jovens, mas de todas as idades também, me tratam com muito respeito e carinho.

Agora que vai para a Alesp, qual você acha que vai ser a grande diferença no que diz respeito aos temas que você vai tratar?

Na Assembleia Legislativa se ampliam muito mais os temas com os quais eu e os outros deputados precisaremos estar preocupados: também pensar na educação, na saúde, no transporte, mas de forma ampliada. Agora o transporte, por exemplo, inclui também o sistema de estradas de rodagens, o transporte fluvial, o transporte rodoviário e ferroviário, os aeroportos, o metrô.

Teremos que estar preocupados também com a agricultura, em como assegurar a produção de bens agrícolas, na medida do possível sem agrotóxicos, e também estimular os pequenos e médios agricultores, assim como o aprofundamento e o aperfeiçoamento da reforma agrária. Esses também são assuntos dos deputados estaduais, em harmonia com o governo federal.

Você acha que essa mudança vai afastá-lo das pessoas, dessa população mais vulnerável?

Acredito que não. Acho que continuarei a ser procurado, agora inclusive pelas pessoas dos 645 municípios do Estado. Eu acabei tendo votos em todos eles, então preciso fazer jus à confiança de todos.

Se você tivesse que dar um conselho a um jovem vereador ou vereadora que está entrando agora, qual seria?

É importante ter um procedimento sempre o mais transparente possível. Tudo aquilo que for efetivamente do interesse público pode ser transparente. Outra coisa importante é a relação com os cidadãos e cidadãs: é preciso sempre ouvi-los. Por mais difíceis que sejam suas questões, a população nos procura porque efetivamente tem problemas complexos, que aconteceram seja com a sua família, seja com as suas moradias, com o seu trabalho. É preciso estar preparado para ouvir as pessoas e pensar junto com elas como resolver os problemas. Daí também a importância da relação de respeito com os colegas vereadores de todos os partidos: por mais que tenhamos diferenças de opinião, é preciso manter sempre uma relação civilizada, uma relação de respeito ao fato de que outras pessoas podem ter opiniões diversas. O importante é dialogar e chegar, na medida do possível, a um consenso, para resolver os problemas da nossa população.

DURANTE OS SEIS ANOS EM QUE EDUARDO SUPLYCY FOI VEREADOR

Teve

92%

de presença nas sessões
do plenário da Câmara

Foi autor de

183

projetos de lei

Fez

412

manifestações
em plenário

Participou de

3

CPIs
como
membro titular

Beneficiou

mais de

60

iniciativas da sociedade
civil por meio de
emendas
parlamentares

Apresentou

13

representações
ao Ministério Público e

7

representações
ao Tribunal de Contas

Pediu **esclarecimentos**
ao Executivo sobre

21

temas, seja via
requerimentos
de informações,
seja recorrendo
à Lei de Acesso à
Informação

Participou de

3.104

compromissos,
sendo 2.277 presenciais
e 827 virtuais

Realizou

11.666

atendimentos
a pessoas, movimentos
e organizações que
procuraram seu gabinete



G-4

G1

MARCHA COM
FOM



PRINCIPAIS TEMAS DE ATUAÇÃO DO MANDATO



RENDA
BÁSICA
JÁ!

1

**RENDA BÁSICA
DE CIDADANIA**

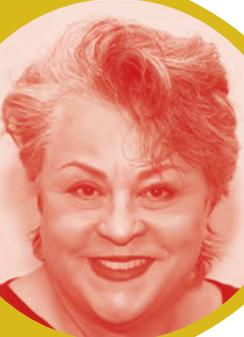
A reivindicação por uma renda básica de cidadania, que permita a todos os cidadãos e cidadãs viver de forma digna, é provavelmente o tema de atuação pelo qual Eduardo Suplicy seja mais conhecido.

Há várias décadas, Suplicy atua para instaurar um programa por meio do qual toda a população possa receber mensalmente uma renda que lhe dê condições de pagar por suas necessidades básicas. Em 2004, foi sancionada a Lei 10.835, de sua autoria, que institui a renda básica de cidadania como direito de todos os brasileiros e brasileiras. Desde então, Suplicy vem atuando por sua implementação.

Como vereador, propôs o **PL 207/2020, que institui a Renda Básica Emergencial na cidade de São Paulo**. A proposta aprovada destinou R\$ 100 por pessoa das famílias beneficiárias do Bolsa-Família e vendedores ambulantes da cidade de São Paulo durante o estado de emergência devido à pandemia de coronavírus. O programa distribuiu R\$ 900 milhões em seis meses para as famílias mais pobres do município.

Paralelamente, o vereador atuou junto a autoridades e órgãos governamentais federais para que a renda básica fosse de fato implementada em todo o país. Em 2019, a **Rede Brasileira de Renda Básica**, existente desde 2004, foi fundada formalmente na

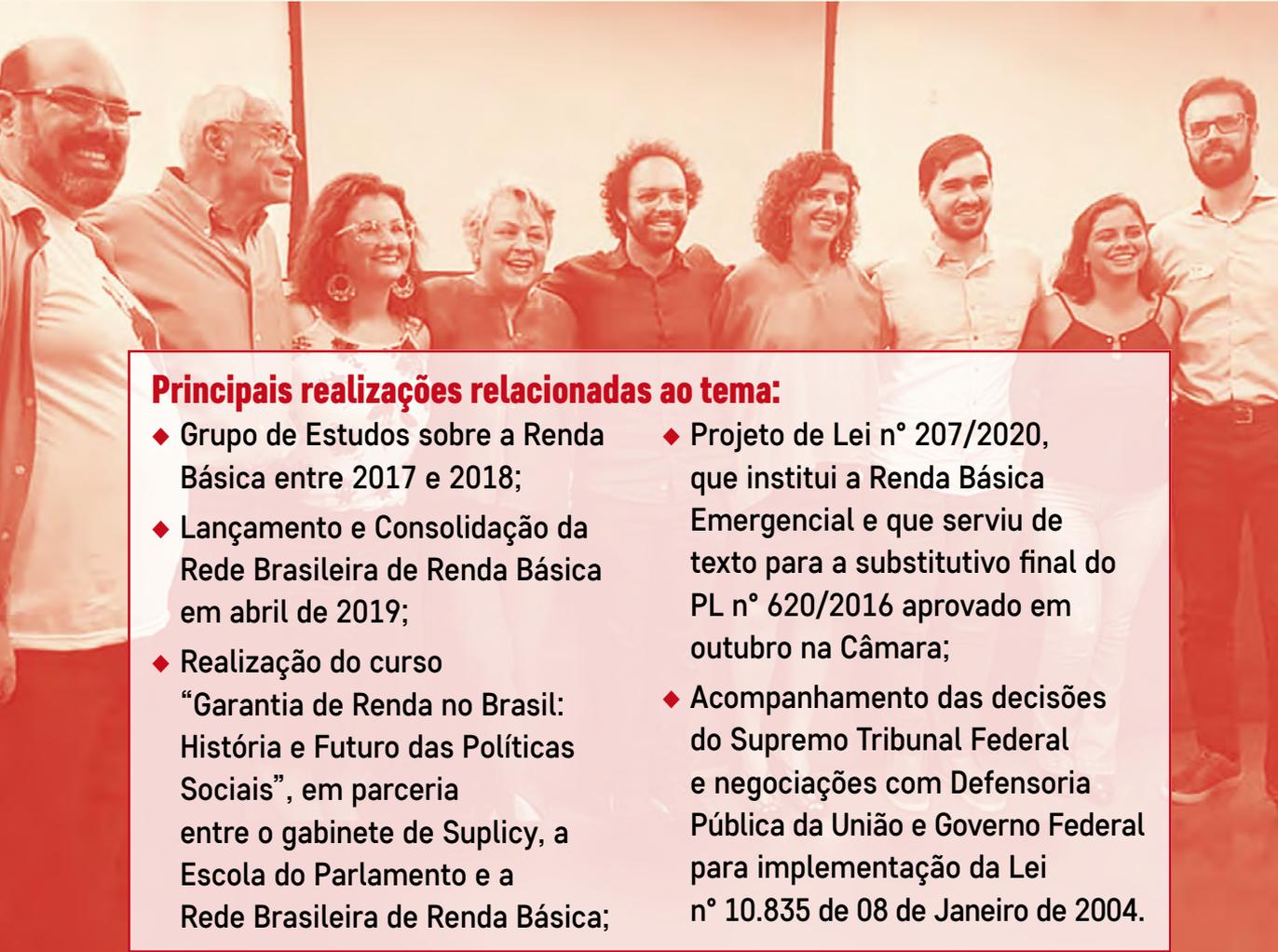
Câmara Municipal de São Paulo. Parte de uma rede global de pessoas e organizações atuando para implementar o direito à renda universal e incondicional no mundo, a rede foi uma das principais articuladoras do movimento da sociedade civil para que fosse estabelecido o **Auxílio Emergencial de R\$ 600** durante a pandemia. Além disso, em articulação com a Defensoria Pública da União, contribuiu para que fosse instalado um grupo de trabalho sobre a implementação da Lei 10.835 e que resultou numa ação civil pública e, posteriormente, numa decisão do STF determinando que o governo brasileiro regulamentasse a lei e implementasse uma renda básica de cidadania, o que se encontra em discussão junto ao governo federal.



“ Suplicy é uma voz que desde 1990 ecoa para falar de renda digna. Na década de 1930, tivemos a luta pela dignidade de um salário mínimo, mas nem todos tinham acesso a um trabalho oficial, que garantisse esse salário. E seu valor foi decaindo, até não ser mais suficiente para um trabalhador manter a si próprio e sua prole. Quase 50 anos depois, Suplicy retomou a ideia do direito a uma renda que garantisse dignidade às pessoas: a renda básica. Para tanto, baseou-se em referências internacionais e inseriu o Brasil neste debate. Também foi conhecer experiências de renda básica municipais e internacionais – assim, nos mostra que a renda básica não é um sonho, mas uma possibilidade real. Sendo vereador, senador, deputado, por onde passa, Suplicy deixa essa marca, de alguém que considera que a vida humana não deve ser tratada com migalhas. ”

Aldaíza Sposati, professora da PUC-SP e ex-secretária da Assistência Social e das Administrações Regionais da cidade de São Paulo

Como vereador, Suplicy participou de centenas de compromissos relacionados ao tema – palestras, seminários e reuniões com acadêmicos, autoridades e organizações da sociedade civil –, além de fazer dezenas de pronunciamentos sobre a renda básica na Câmara Municipal. O tema também foi objeto de uma **audiência pública** na Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo.



Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ Grupo de Estudos sobre a Renda Básica entre 2017 e 2018;
- ◆ Lançamento e Consolidação da Rede Brasileira de Renda Básica em abril de 2019;
- ◆ Realização do curso “Garantia de Renda no Brasil: História e Futuro das Políticas Sociais”, em parceria entre o gabinete de Suplicy, a Escola do Parlamento e a Rede Brasileira de Renda Básica;
- ◆ Projeto de Lei nº 207/2020, que institui a Renda Básica Emergencial e que serviu de texto para a substitutivo final do PL nº 620/2016 aprovado em outubro na Câmara;
- ◆ Acompanhamento das decisões do Supremo Tribunal Federal e negociações com Defensoria Pública da União e Governo Federal para implementação da Lei nº 10.835 de 08 de Janeiro de 2004.

A man in a striped shirt is looking down at a device in his hands. The image has a green tint and a white number '2' overlaid on the left side. The background is a blurred city street.

2

**TRABALHO, RENDA,
COOPERATIVISMO
E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Ainda com o objetivo de garantir que todos os cidadãos e cidadãs possam ter uma vida digna, as políticas de trabalho e renda – incluindo aquelas voltadas ao cooperativismo e à economia solidária – foram outro dos principais focos do mandato de Eduardo Suplicy.

Lei Paul Singer

Em julho de 2021, a Prefeitura sancionou a **Lei 17.587**, a partir do PL 197/2018, de autoria do vereador, com o objetivo de **fomentar o cooperativismo, garantir condições de trabalho decentes e aperfeiçoar o acesso ao crédito** daqueles envolvidos em atividades de economia solidária. Conhecida como **Lei Paul Singer**, a legislação cria ainda o Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária, definindo a política e o sistema municipal relativos ao tema e instituindo o Conselho Municipal de Economia Solidária.

Catadores

O vereador também trabalhou para assegurar os direitos de categorias particularmente vulneráveis, tais como os vendedores ambulantes e os catadores. Em relação aos últimos, o vereador é co-autor de um PL que visa a **inserir as cooperativas e associações de catadores da coleta seletiva no sistema de limpeza urbana**

e, assim, garantir que recebam por seu serviço, além de criar um conselho gestor da coleta seletiva (**PL 591/2013**).

Ambulantes

Já no que diz respeito aos ambulantes, no início de seu mandato, em 2017, Suplicy assumiu a co-autoria de um projeto de lei que tramitava desde 2014 e que tem como objetivo **regulamentar as condições de prestação de serviço dos ambulantes e contribuir para a regularização de mais pessoas exercendo essa atividade**, assim como lhes garantir alguns direitos (**PL 78/2014**). O vereador também atuou para que os ambulantes pudessem receber a renda básica emergencial do município e para isentar a categoria do pagamento do Termo de Permissão de Uso durante a pandemia de Covid-19.



“ No período em que Haddad foi prefeito (2013-2016), Suplicy era secretário de Direitos Humanos, e eu, secretária-adjunta da Secretaria do Trabalho. Juntos, implementamos o Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e a Incubadora Pública de Direitos Humanos e Economia Solidária, instrumentos de apoio à população migrante ou em situação de rua e a todos que buscavam colocação de trabalho no município.

Depois, como vereador, Suplicy propôs a Lei 17.587/2011, a Lei Paul Singer, que passou a regular a política de economia solidária em São Paulo, bem como o Conselho Municipal e o Sistema Municipal de Economia Solidária. ”

Sandra Faé, especialista em políticas públicas

Suplicy também trabalhou para **defender os direitos dos ambulantes expulsos de seu local de trabalho na Feira da Madrugada**, no Brás, quando o local foi transformado num shopping sob concessão privada, tendo participado de CPI sobre o tema. O relatório elaborado pela CPI incluiu medidas como garantia de condições dignas para os comerciantes cadastrados junto ao Circuito de Compras, criação da Frente Parlamentar do Comércio Popular para acompanhar o cumprimento do edital de concessão pública da área e atualização da listagem de cadastro dos comerciantes.

“ Suplicy liderou diversas iniciativas legislativas na Câmara Municipal voltadas para catadores informais de materiais recicláveis, formando grupos de trabalho, tecendo projetos de lei e promovendo audiências. Sua preocupação com eles, informais ou organizados, é genuína e foi fundamental na Câmara. ”

Carlos Thadeu C. de Oliveira, especialista em advocacy do Pimp My Carroça-Cataki

“ Suplicy, no seu mandato de vereador, foi a mão direita dos trabalhadores ambulantes. Quando tivemos o conflito da Feirinha da Madrugada, o Suplicy esteve lá conosco. Quando chegou o Covid-19, Suplicy fez o projeto do renda básica para que nós tivéssemos como sobreviver durante a pandemia. Quando chegou a hora da revisão do nosso PL, Suplicy e Juliana Cardoso estavam conosco. Suplicy assume a sua responsabilidade, compreende a necessidade de cada categoria, entende e fala a linguagem dos trabalhadores. ”

Valdina Silva, representante de São Paulo na coordenação nacional executiva da UNICAB (União de Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Feirantes e Camelôs do Brasil)





“ Suplicy dialogou de diversas formas com a pauta da economia solidária. Ele apoiou muito na construção da Lei Paul Singer. Ele participou, foi entendendo e depois soube articular bem o diálogo entre o programa de renda mínima e a economia solidária. Também incluiu gente muito boa da equipe dele nas discussões que tínhamos no Fórum da Economia Solidária, que reúne empreendimentos, gestores públicos e agências de fomento e incubação. ”

Vera Machado, do Fórum Municipal de Economia Solidária e coordenadora do Setorial Estadual de Economia Solidária



“ Há anos, a administração municipal dificulta ou ignora as reivindicações da categoria das catadoras e catadores de materiais recicláveis em São Paulo. Sempre houve resistência do prefeito João Doria e de Bruno Covas em estabelecer diálogo. Com a intervenção de Eduardo Suplicy, foi possível quebrar essa barreira.

O vereador também é autor do PL para pagamento aos catadores da cidade pelos serviços prestados. Durante a pandemia de Covid-19, contribuiu com a liberação de um auxílio emergencial para catadores de cooperativas contratadas da Prefeitura, assim como grupos sem contrato e catadores individuais. A iniciativa foi fundamental para a categoria atravessar o momento mais agudo da crise sanitária. ”

Davi Amorim, coordenador de comunicação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ Projeto de Lei nº 197/2018 → Lei 17.587 – Cria a Lei Paul Singer, Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária;
- ◆ Projeto de Lei nº 591/2013 – Inserção das cooperativas e associações de catadores da coleta seletiva no sistema de limpeza urbana;
- ◆ Projeto de Lei nº 078/2014 – Alterações na lei que dispõe sobre o exercício do comércio ou prestação de serviços de ambulantes;
- ◆ Projeto de Lei nº 485/2016 (aprovado na Câmara, vetado pelo Poder Executivo) – Estabelece diretrizes sobre o Programa Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultural;
- ◆ Participação na CPI da Feira da Madrugada;
- ◆ Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania com o tema: “A gestão de resíduos sólidos diante da pandemia: os desafios das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis”;
- ◆ Instalação de comitê de acompanhamento para pagamento e extensão do auxílio emergencial das/os catadoras/es de material reciclável durante a pandemia.

PANDEMIA

Desde o PL propondo uma Renda Básica Emergencial para os paulistanos e as propostas de fornecer auxílios especiais para a população em situação de rua, os catadores e os ambulantes, até a atuação no Comitê Emergencial de Crise da Educação

para garantir que os alunos mais pobres da rede pública tivessem o que comer e como estudar, passando por medidas para suspender os despejos durante a emergência sanitária e a criação do Observatório da Fome na Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania, Suplicy trabalhou incessantemente para mitigar o quanto fosse possível os efeitos da pandemia na população mais vulnerável.

Além das medidas mencionadas acima, citadas nos capítulos dedicados aos temas principais de atuação do mandato, Suplicy respondeu a diversas demandas que chegaram ao gabinete por parte de cidadãos e cidadãs.

A partir de alguns relatos de que imigrantes estavam tendo dificuldade de receber as vacinas contra Covid, por exemplo, o vereador entrou em contato com a Prefeitura, que então criou um grupo de trabalho sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos, que resultou num mutirão de vacinação.







3

**POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA**



O atendimento à população em situação de rua da cidade no sentido de garantir condições mínimas de dignidade para esse grupo também foi um dos eixos centrais da atuação do mandato de Suplicy.

Para este fim, o vereador propôs algumas leis estruturantes. A primeira, Lei **17.252**, aprovada em 2019, define a **política municipal para a população em situação de rua e consolida o Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua**. A segunda, que aguarda sanção do Executivo (**PL 253/21**), define a política municipal voltada especificamente para **crianças e adolescentes em situação de rua** ou na rua. Ambas exigem que o poder público pense na população em situação de rua de forma intersetorial e promova políticas de garantia de direitos (à educação, à saúde, à moradia etc.) que atendam às especificidades desses grupos. Suplicy apresentou ainda o **Projeto de Lei nº 26/2017**, que dispõe sobre o **tratamento da população em situação de rua nas ações de zeladoria urbana**, ocasião em que seus direitos são frequentemente desrespeitados.



“ De 2017 a 2018, fui assessor parlamentar do vereador Eduardo Suplicy. Nós trouxemos várias pautas da população em situação de rua para o mandato. Foi daí que saiu a lei municipal que consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua. O gabinete do vereador também sempre foi muito aberto para o atendimento da população em situação de rua. E ele sempre garantiu no seu mandato emendas para nos fortalecer como movimento, para o Natal Solidário, para realização de cursos e de capacitações. ”

Anderson Lopes Miranda, fundador e coordenador do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua (MNLDPSPR)

“ Foram poucas as vezes que me encontrei com o Suplicy em gabinete. Nossos encontros eram sempre na região da Luz, mediando algum conflito com a polícia, moradores e a administração para defender o direito das pessoas pobres e injustiçadas. Outras vezes, nos encontramos nos conflitos envolvendo as pessoas em situação de rua, nas fiscalizações dos Centros de Acolhida, nas manifestações contra despejos e nas audiências da Comissão de Direitos Humanos. ”

Alderon Costa, coordenador de projetos da Rede Rua



Comitê PopRua

Suplicy participa do **Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua**, que se reúne mensalmente. O vereador acompanha as demandas e denúncias de violações de direitos nos centros de acolhida da Prefeitura por meio da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara. A comissão promove visitas in loco para apurar denúncias, e Suplicy participou de todas as visitas realizadas nos últimos anos (3 em 2017, 8 em 2019, 8 em 2021 e 3 em 2022). As atividades de **fiscalização** resultaram em relatórios sobre as condições dos centros de acolhida.

Gabinete aberto

O próprio gabinete de Suplicy transformou-se em local de atendimento bastante procurado pela população em situação de rua, que recorre à equipe do vereador para pedir ajuda para conseguir vagas nos centros de acolhida ou para fazer denúncias de maus tratos ou violações de direitos nos próprios centros ou durante ações de zeladoria urbana. O vereador **encaminha as denún-**

cias recebidas à Prefeitura, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, além de atuar na **mediação do diálogo** entre todos os envolvidos. Além disso, o mandato colocou à disposição de todos



um computador que qualquer cidadã ou cidadão pode utilizar para buscar trabalho, regularizar documentos etc. São raros os dias em que não há um grupo de pessoas se organizando para utilizá-lo.

Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ Projeto de Lei nº 145/2018 → Lei nº 17.252/2019 – Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua e Institui o Comitê Intersectorial de Políticas para a População em Situação de Rua;
- ◆ PL 253/21 – Institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua;
- ◆ Projeto de Lei nº 26/2017 – Dispõe sobre o tratamento da população em situação de rua nas ações de zeladoria urbana;
- ◆ Projeto de Lei nº 332/2018 → Lei nº 17.196/2019 – Inclui no calendário da cidade o dia 19 de agosto como Dia Municipal de Luta da PopRua;
- ◆ Visitas da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania aos centros de acolhida para pessoas em situação de rua, com produção de relatórios;
- ◆ Diversas Audiências Públicas na Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.



4

CRACOLÂNDIA

A chamada Cracolândia, região de São Paulo na qual transita e habita um grande número de pessoas em situação de rua, muitas das quais usuárias de substâncias ilícitas, tem sido palco de diversas violações de direitos por parte de agentes públicos. Moradores, comerciantes locais e, por se tratar de região central e bastante valorizada, construtoras e incorporadoras pressionam as autoridades a expulsar os usuários e pessoas em situação de rua da região. Algumas gestões, tais como a do prefeito Fernando Haddad, trataram a questão como problema de saúde pública e implementaram programas integrados de tratamento médico, geração de renda e outros tipos de apoio. Outras, tais como a de João Doria e a de Bruno Covas, encararam-na como problema de polícia, e ordenaram agentes públicos a retirar à força as pessoas em situação de rua e usuários de drogas da região, com uso de jatos de água, bombas de gás lacrimogêneo e até mesmo demolição de casas e prédios com pessoas dentro.

O mandato do vereador Eduardo Suplicy foi acionado diversas vezes para ajudar a **conter abusos por parte dos agentes públicos ou mediar conflitos entre moradores e usuários de substâncias ilícitas**. Suplicy atuou para garantir os direitos dessa população de diversas formas: seja com sua presença física durante ope-

rações policiais para **impedir remoções ilegais**, seja por meio do envio de ofícios às autoridades competentes, Ministério Público e à Defensoria Pública ou criando um grupo de trabalho na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

O vereador também acionou órgãos de assistência social e de saúde e abriu canais de diálogo com deputados estaduais de todo o espectro político na tentativa de **garantir os direitos das pessoas em situação de rua e usuários da Cracolândia**.



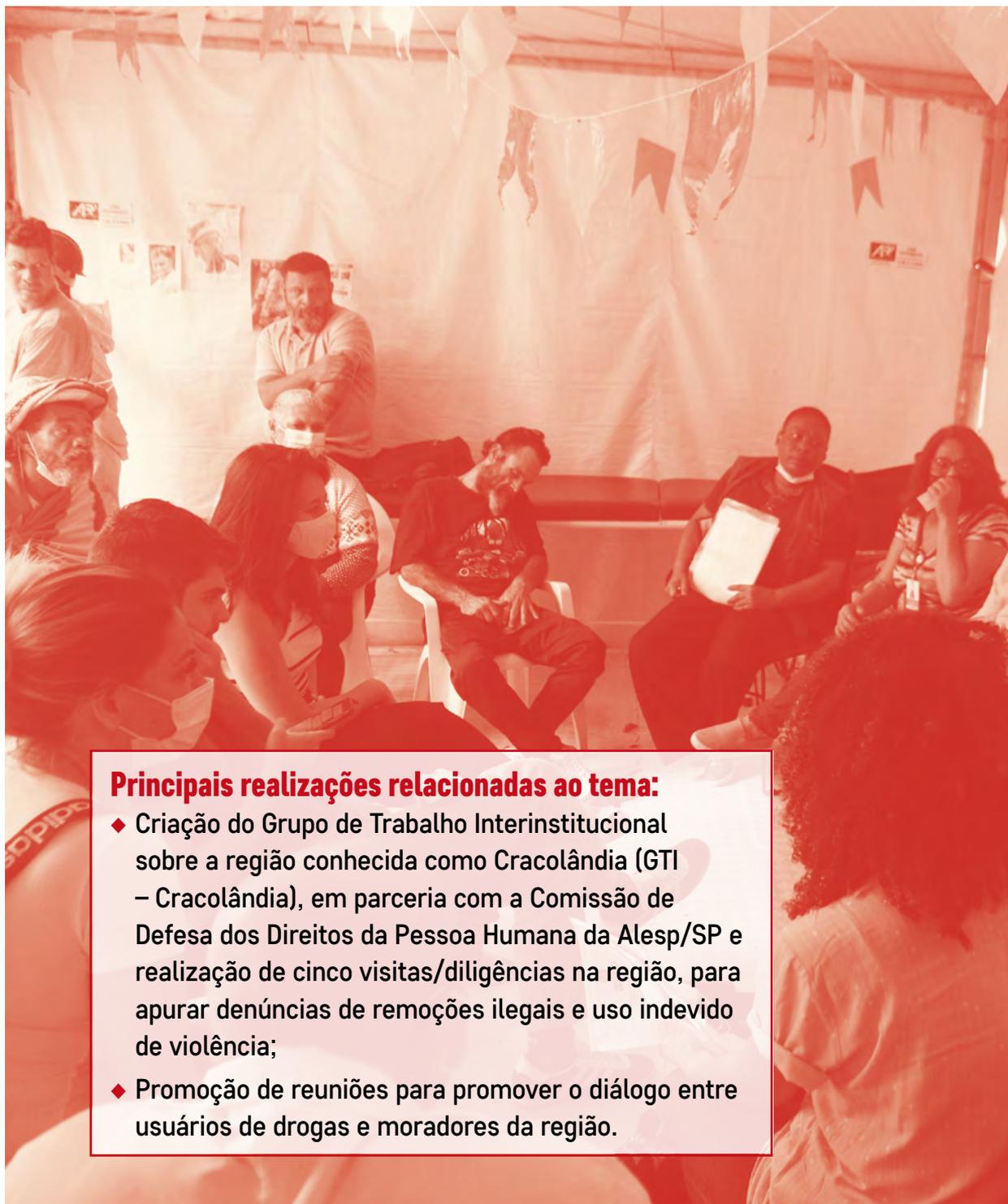
“ O mandato do vereador Eduardo Suplicy teve presença real e constante no território da Cracolândia, em defesa dos direitos humanos que vêm sendo violados sistematicamente pelo poder público. Também trouxe à luz a questão racial, que sempre foi escondida, ainda que as pesquisas mostrem que pelo menos 74% das pessoas ali são pretas e pardas. Ou seja, é um mandato que consegue olhar para a verdade do território e lidar com os problemas reais – como os problemas de moradia, a falta de políticas para egressos do sistema penitenciário, além do problema da dependência química. ”

Flávio Falcone, psiquiatra e palhaço, coordenador do projeto Teto, Trampo e Tratamento, na Cracolândia



“ O Suplicy, neste território, representa o Batman. ‘Chama o Batman!’, aqui, é, e sempre foi: ‘Chama o Suplicy!’ Ele nunca nos abandonou. ”

Carmen Lopes, do Coletivo Tem Sentimento, ateliê de costura para mulheres e pessoas trans no fluxo



Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ Criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a região conhecida como Cracolândia (GTI – Cracolândia), em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Alesp/SP e realização de cinco visitas/diligências na região, para apurar denúncias de remoções ilegais e uso indevido de violência;
- ◆ Promoção de reuniões para promover o diálogo entre usuários de drogas e moradores da região.

COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA ESTATAL CONTRA PESSOAS NEGRAS

O combate ao racismo e à violência estatal foram parte integral de todas as áreas de atuação do mandato. Além da atuação indireta ao defender, por exemplo, o direito à educação e a segurança alimentar dos alunos mais pobres da rede pública, cujo maior contingente é, infelizmente, formado por pessoas pretas e pardas, Suplicy também atuou de forma direta para defender pessoas negras da violência estatal.

Mesmo não estando na alçada de um vereador fiscalizar a atuação da polícia militar – submetida ao governo estadual – o vereador cobrou do poder público o cumprimento dos direitos humanos e denunciou abusos de poder afetando pessoas negras. Participou, por exemplo, de audiência pública sobre o genocídio da juventude negra e outra sobre o massacre de 2019 em Paraisópolis, episódio no qual nove jovens morreram pisoteados após ação truculenta da polícia militar. Em 2017, Suplicy já tivera um papel determinante nas providências em relação à execução de Leandro de Souza, de 18 anos, pela Polícia Militar na Favela do Moinho. Após o ocorrido, foi diversas vezes ao local, acompanhou familiares de Leandro e testemunhas para denunciar o crime na Corregedoria da Polícia Militar.



Suplicy convocou ainda uma audiência pública sobre a situação de mulheres encarceradas grávidas ou com filhos pequenos após o caso de Jessica Monteiro, presa por portar maconha quando estava em trabalho de parto e obrigada a voltar para a prisão com seu bebê recém-nascido três dias depois do nascimento. Suplicy esteve na delegacia para averiguar as condições a que a ela e o bebê estavam submetidos, tendo acompanhado o caso até a sua soltura.

O vereador também acompanhou de perto o caso de Falilatou Estelle Farouna, refugiada do Togo, presa em 2020 em São Paulo. Ao prendê-la, a polícia cometeu irregularidades, privando-a de direitos básicos. Suplicy engajou-se na campanha pela liberdade de Falilatou e levou o assunto para a Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania. Também se envolveu nas mobilizações para garantir o direito da cantora sul-africana Nduduzo Siba de ficar no país após ser ameaçada de expulsão pelo governo com base em uma lei que já não está mais em vigor.

Adicionalmente, o vereador se posicionou contra o uso da tecnologia de reconhecimento facial para fins de segurança pública em São Paulo.

Com outros vereadores da Comissão de Direitos Humanos, entrou com uma representação no Tribunal de Contas para impedir a contratação desse tipo de serviço, já que, de acordo com estudo de 2019, “pessoas negras foram 90,3% dos presos por reconhecimento facial no Brasil e 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico”.



REABRAM
O MUSEU DA
DIVERSIDADE



5

**DEFESA DE DIREITOS
DE PESSOAS LGBTQIA+**

Eduardo Suplicy também procurou atuar na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, particularmente do grupo mais vulnerável dentro dessa população, que é o de pessoas trans.

Mapeamento e CPI sobre a população trans

O mandato de Suplicy foi responsável pela realização do **primeiro censo de pessoas trans na cidade de São Paulo**. O mapeamento, realizado entre dezembro de 2019 e novembro de 2020 com verba de emenda parlamentar do vereador, teve o objetivo de coletar dados sobre diversos aspectos da vida desta população: saúde, educação, trabalho e renda.

Em 2021, após atentados contra vereadoras trans e travestis que tinham acabado de assumir seus mandatos, a vereadora Erika Hilton apresentou pedido de instalação da **Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência Contra Pessoas Trans e Travestis**. Eduardo Suplicy foi vice-presidente da CPI, que dialogou com representantes da sociedade civil e agentes públicos a respeito do tema. Instalada em setembro de 2021 e finalizada em agosto de 2022, a CPI apresentou 189 recomendações a 33 instituições públicas e privadas sobre iniciativas de combate à transfobia institucional em seu relatório final. As recomendações diziam respeito a

cada um dos temas que foram objeto de investigação da CPI: violência física, assistência social, segurança pública, educação, retificação de nome e gênero, procedimentos cirúrgicos, tratamento de hormonioterapia, transfobia nas redes sociais, sistema prisional, envelhecimento da população trans e empregabilidade.

Audiências públicas

O mandato também convocou diversas audiências públicas sobre políticas para a população LGBTQIA+. Algumas, tais como a audiência sobre terapia hormonal na UBS de Santa Cecília durante a pandemia, ocorreram no âmbito da Comissão Extraordinária Permanente de Direitos Humanos e Cidadania. Outras foram realizadas a partir de demandas da comunidade, tais como aquela realizada em 2019 com a comunidade de moradores, comerciantes e frequentadores do **Largo do Arouche para auxiliar na construção de um diálogo sobre a consolidação de marcos da cultura LGBTQIA+ neste território**, diante da promessa de reforma da região por parte do então prefeito João Doria.



“ Fui a primeira drag queen a receber um título de cidadã paulistana, e foi o Suplicy que me fez essa honra. É um homem que trabalha pela diversidade LGBTQIA+ em São Paulo e que faz a inclusão de fato acontecer, desde dentro do seu gabinete até na rua. Sem contar que todo mundo sabe que, não importa a hora em que a gente bater no gabinete dele, ele vai nos receber, independentemente de classe, cor, religião. ”

Salette Campari, drag queen e militante da causa LGBTQIA+

O mandato também destinou recursos para o Projeto Botão de Flor, de profissionalização de pessoas trans femininas, por meio de emenda parlamentar, e concedeu o título de cidadã paulistana a Salete Campari.

Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ Projeto de Lei nº 10/2020 – Garante o uso de banheiros em órgãos públicos e equipamentos públicos municipais, e em centros e estabelecimentos comerciais da cidade por travestis, homens trans e mulheres transexuais de acordo com a sua identidade de gênero;
- ◆ Projeto de Lei nº 009/2018 – Dispõe sobre o Programa Municipal de Empregabilidade Trans;
- ◆ Projeto de Lei nº 399/2017 – Declara a “Parada do Orgulho LGBT de São Paulo” como Patrimônio Cultural Imaterial;
- ◆ Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2018 → DL nº 47/2018 – Entrega do Título de Cidadã Paulistana a Salete Campari;
- ◆ Realização do primeiro censo sobre a população trans de São Paulo, com verba de emenda parlamentar do mandato;
- ◆ Vice-presidência na CPI da Violência Contra Pessoas Trans e Travestis;
- ◆ Participação na Parada LGBTQI+ nos anos 2017/2018/2019 e 2022;
- ◆ Audiências Públicas para a construção do Conselho Municipal LGBT.



MORADIA É

6

**DIREITO À CIDADE
E MORADIA**



DIREITO

Outro tema pelo qual o trabalho de Eduardo Suplicy é amplamente reconhecido é o do direito à cidade. Durante seu mandato, o vereador atuou em diversas frentes para garantir o direito à moradia digna das populações mais vulneráveis. Sob este tema, estão agrupadas desde ações para garantir o direito à mobilidade de qualidade até iniciativas para preservar o meio ambiente, como a criação e o fortalecimento de parques públicos e áreas verdes.

Na noite de 1º de maio de 2018, por exemplo, após um incêndio, veio abaixo o Edifício Wilton Paes de Barros, na região do Paissandu, no centro de São Paulo, deixando alguns mortos e dezenas de famílias desabrigadas. Desde o primeiro momento, Suplicy esteve presente no local para prestar solidariedade às famílias e cobrou insistentemente da Prefeitura o acolhimento e a oferta de alternativas habitacionais para as famílias afetadas. Como presidente da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, Suplicy ainda promoveu uma audiência pública para acompanhar a forma como a Prefeitura estava lidando com a situação, para ouvir os moradores do local e cobrar medidas da Prefeitura e dos órgãos de Justiça.

Serviços essenciais

O caso do edifício do Paissandu, porém, acabou servindo de pretexto para a criminalização dos movimentos de moradia pelo poder público. Suplicy participou de um grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos criado para garantir a **regularização dos serviços essenciais em ocupações** durante a pandemia, após algumas prisões de lideranças do movimento de moradia na ocupação Prestes Maia por “furto de energia elétrica” em 2021.

A pedido de Suplicy e do vereador Antonio Donato, foi realizada uma audiência pública para tratar do tema, com participação da

Secretaria Municipal de Habitação, da ENEL São Paulo, da SABESP, da Defensoria Pública, de organizações da sociedade civil e de lideranças dos movimentos de moradia que atuam na região central. Como encaminhamentos do debate realizado, decidiu-se estabelecer um protocolo para regularização do fornecimento de água e energia para ocupações da região central e instaurar um canal de atendimento de assentamentos e ocupações.

Formou-se também um grupo de trabalho para a construção conjunta do protocolo por concessionárias de serviços públicos, o poder público municipal e organizações da sociedade civil, sendo que o diálogo entre todos esses atores foi intermediado pelo mandato do vereador Eduardo Suplicy por meio da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania.

O vereador ainda dedicou verba de emenda parlamentar para contratar assessorias técnicas para fazer estudos de reforma hidráulica e elétrica das ocupações. Além disso, Suplicy denunciou irregularidades cometidas nas prisões das lideranças dos movimentos de moradia da cidade Preta Ferreira, Edinalva Silva Ferreira, Sidney Ferreira da Silva e Angélica dos Santos Lima.

“ Suplicy promoveu uma audiência pública e esteve à frente de um grupo de trabalho sobre regularização dos serviços essenciais nas ocupações. E, em muitas reintegrações de posse, que são momentos muito tensos, ele esteve lá conosco, colocando seu próprio corpo na frente. Ele não nos criminaliza. Ao contrário, sempre demonstrou amizade pelo movimento de moradia. **”**

Carmen Silva, líder do
Movimento Sem Teto do Centro





“ Estive com o Suplicy muitas vezes na Câmara, em defesa das pessoas sem teto, em situação de rua, ameaçadas de despejo e, principalmente, na campanha Despejo Zero. O Suplicy foi coautor, com a vereadora Juliana Cardoso, de um PL muito importante pela suspensão dos despejos durante a pandemia. Nós participamos coletivamente, com a assessoria do Suplicy, da discussão desse projeto, e ele também organizou várias reuniões e audiências para que pudéssemos acompanhar os debates. ”

Benedito Roberto Barbosa é advogado da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Despejo zero

Suplicy também foi um dos defensores da **suspensão dos despejos enquanto durasse a pandemia** de Covid-19. Nesse sentido, foi co-autor de um projeto de lei (PL 118/2021) que previa a suspensão das medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas tomadas pela Prefeitura que pudessem despejar, desocupar ou remover famílias enquanto durasse a pandemia e seus impactos. Além disso, desde o início da emergência sanitária, o gabinete recebia pedidos de ajuda diariamente de pessoas ameaçadas ou efetivamente expulsas de suas moradias. Suplicy participou ainda da campanha Despejo Zero, capitaneada por diversos movimentos e organizações sociais, que resultou na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 828, apresentada ao STF e que resultou em resolução proibindo despejos durante o estado de emergência sanitária. O vereador também realizou audiências públicas e enviou ofícios aos ministros do tribunal pedindo extensão do período de suspensão dos despejos.

Gratuidade para idosos

Suplicy e a bancada do PT, sob sua liderança, apresentaram Projeto de Lei para repor o direito à gratuidade no transporte público para pessoas de 60 e 64 anos, que havia sido retirado pela administração de João Doria e Bruno Covas. Paralelamente, a bancada do PT adotou medidas judiciais que foram acolhidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Como resultado, a gratuidade foi restabelecida para os usuários dos transporte público municipal dessa faixa etária, respeitando seu direito de ir e vir e usufruir da cidade.

Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ PL 118/2021 – Prevê a suspensão das medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas tomadas pela Prefeitura que possam despejar, desocupar ou remover famílias enquanto durar a pandemia e os impactos da Covid-19;
- ◆ Projeto de Lei nº 366/2018 – Cria o Programa de Prevenção de Incêndios nas Ocupações da Cidade;
- ◆ Projeto de Lei nº 200/2019 – Cria o Protocolo Unificado para Remoções da Cidade de São Paulo;
- ◆ Participação no Grupo de Trabalho para Regularização dos Serviços Públicos Essenciais nas Ocupações da Região Central de São Paulo;
- ◆ Atuação ativa para suspensão de pedidos de reintegração de posse sem o suporte adequado às famílias;
- ◆ Audiência Pública na Comissão de Política Urbana sobre “Os retrocessos da política fundiária com a Medida Provisória 759/2016”;
- ◆ Seminário sobre Remoções realizado em 2019.

**EDUCAÇÃO
NÃO É GASTO, É
INVESTIMENTO**

7
**EDUCAÇÃO
E CULTURA**

O mandato do vereador Eduardo Suplicy também foi ativo na defesa do direito à educação e à cultura.

O vereador foi membro da Comissão Ordinária de Educação, Cultura e Esportes de 2018 a 2022, onde participou de mais de uma centena de reuniões e dezenas de audiências públicas, além da relatoria de diversos projetos. O mandato atuou tanto no sentido de fomentar e apoiar manifestações culturais populares, tais como carnaval de rua, hip hop e grafite, quanto de assegurar o direito das crianças e adolescentes paulistanos à educação pública de qualidade, especialmente durante a pandemia de Covid-19.

Educação na pandemia

Durante a pandemia, foi formado o Comitê Emergencial de Crise da Educação para lidar com questões urgentes decorrentes da necessidade de isolamento social, fechamento das escolas e outras medidas sanitárias. Entre os principais assuntos tratados pelo comitê estiveram a falta de equipamento para assistir aulas online e a dificuldade de acesso à internet enfrentadas por muitos alunos. Com essa questão em vista, Suplicy foi co-autor de um projeto de lei (PL 324/2020) garantindo a distribuição de computadores e outros equipamentos eletrônicos aos alunos, para que pudessem acompanhar as aulas.

Outro tema que ganhou prioridade no comitê foi o da insegurança alimentar decorrente da suspensão das aulas presenciais, já que a principal refeição de muitas crianças e adolescentes se dava na escola. Nesse sentido, Suplicy foi co-autor de um projeto (PL 2013/2020) instituindo a distribuição de cartões-alimentação às famílias de alunos matriculados na rede municipal de ensino.

A comissão também tratou da questão da sobrecarga de trabalho dos professores quando foi adotado o ensino remoto, intermediou debates com a Prefeitura sobre a possibilidade de corte de ponto dos profissionais em greve contra o retorno ao ensino presencial e cobrou do Executivo a realização de um **inquérito sorológico** para avaliar as condições de saúde de professores, funcionários e alunos com o objetivo de verificar se havia condições de retorno às aulas.

Além disso, o comitê questionou a Prefeitura sobre a execução orçamentária do mínimo constitucional de 25% para a educação, sobre problemas na configuração e distribuição de equipamentos para os alunos e dos cartões-alimentação para as famílias, assim como a respeito dos contratos e as condições de limpeza das unidades escolares.

Cultura

A comissão exigiu ainda condições mínimas de segurança na Cinemateca de São Paulo, após o incêndio que destruiu parte do acervo da instituição, tendo feito reunião com o presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC), Carlos Augusto Calil, que fez importantes alertas sobre riscos a que a instituição estava exposta. Adicionalmente, foi realizada uma visita da comissão à sede, em conjunto com o secretário-especial-adjunto da Secretaria Especial da Cultura, Hélio Ferraz, o secretário nacional do Audiovisual, Bruno Côrtes, a coordenadora geral da Cinemateca Brasileira, Jessyca Paulino e o coordenador da Cinemateca, Wellington Torres.



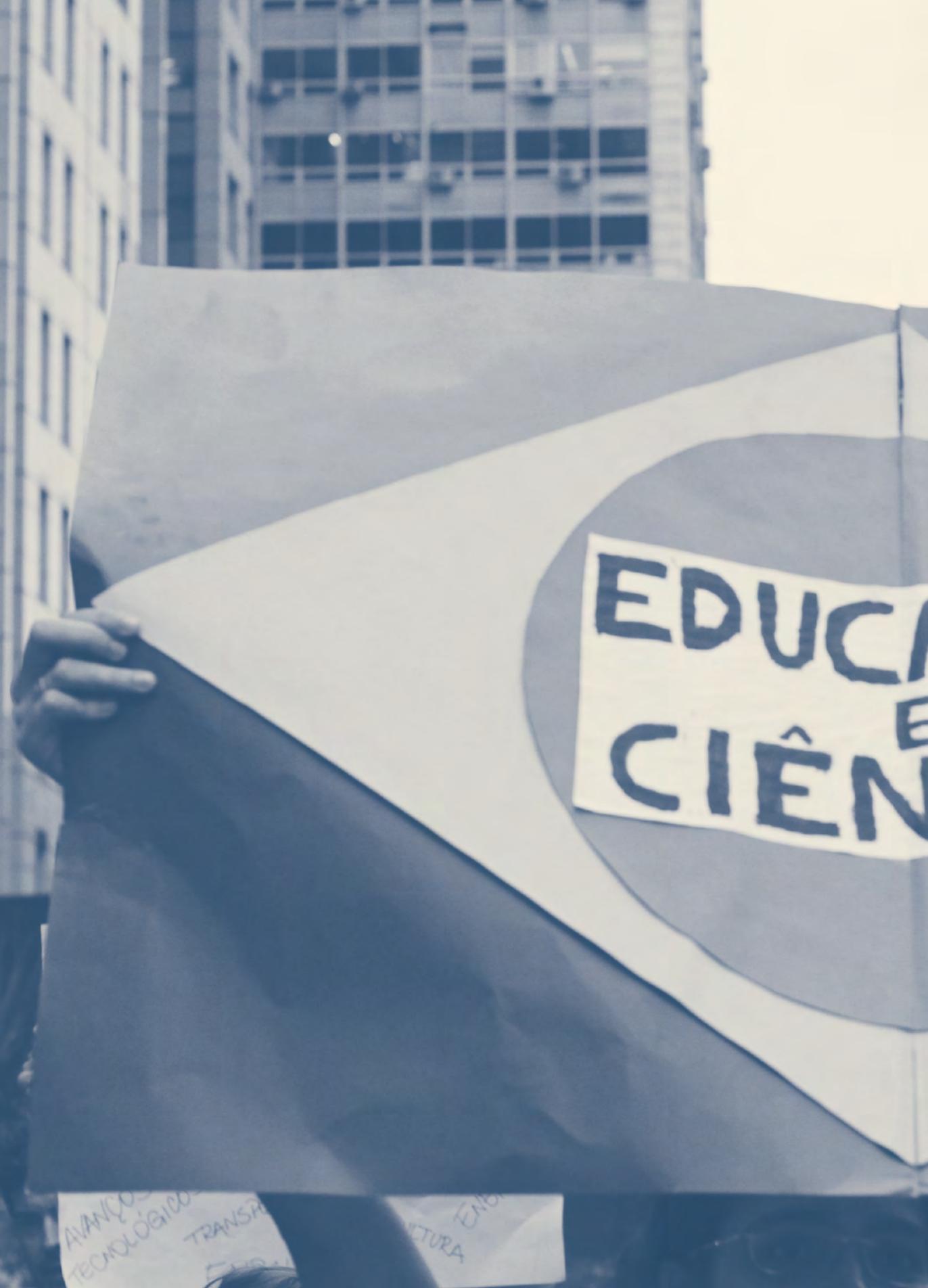
O Suplicy sempre lutou conosco pelo Teatro Oficina. Ele promoveu sessões e sessões na Câmara Municipal para defender o teatro. Foi ele também que mediou a minha ida para conversar com o Silvio Santos e o Doria. E ele tornou a questão muito visível pela internet e foi buscando soluções dentro da Câmara dos Vereadores, inclusive chegou a coletar assinaturas dos vereadores e apresentou ao vice-prefeito, porque o prefeito Bruno Covas estava doente. E, ultimamente, ele batalhou não só pelo Oficina, mas também pelo Parque Rio Bixiga, que é a ideia que temos para esse espaço que há mais de 40 anos disputamos com o Silvio Santos. Por causa dessa luta, na qual o Suplicy teve uma participação decisiva, o Silvio Santos não conseguiu construir nada ali, e agora quer vender a área, mas nós queremos transformar parte dela em parque, em complexo cultural – uma área que vai desde o TBC, que vai ser totalmente reconstruído pelo SESC, até o espaço do Oficina, incluindo a Casa Dona Yayá, que é outro espaço tombado. Tudo ali vai ser um parque, um parque-teatro, porque também poderemos fazer espetáculos ali.



José Celso Martinez, mais conhecido como Zé Celso, é diretor do Teatro Oficina



Além da atuação na comissão, o mandato de Suplicy trabalhou como mediador entre diversos grupos culturais e órgãos públicos. O vereador contribuiu, por exemplo, para garantir a continuidade da concessão de terreno público ao Circo-Escola São Remo, conduziu audiências públicas sobre a possibilidade de criação do Parque Rio Bixiga e pediu esclarecimentos sobre a demolição de patrimônio arquitetônico no Complexo Esportivo do Pacaembu pela concessionária que gere o local.

A person is holding a large, light-colored banner with a dark circular graphic on the right side. The banner features the text 'EDUCAÇÃO E CIÊNCIA' in bold, black, uppercase letters. The background shows a tall building with many windows, suggesting an urban environment. The overall image has a blue tint.

EDUCAÇÃO
E
CIÊNCIA

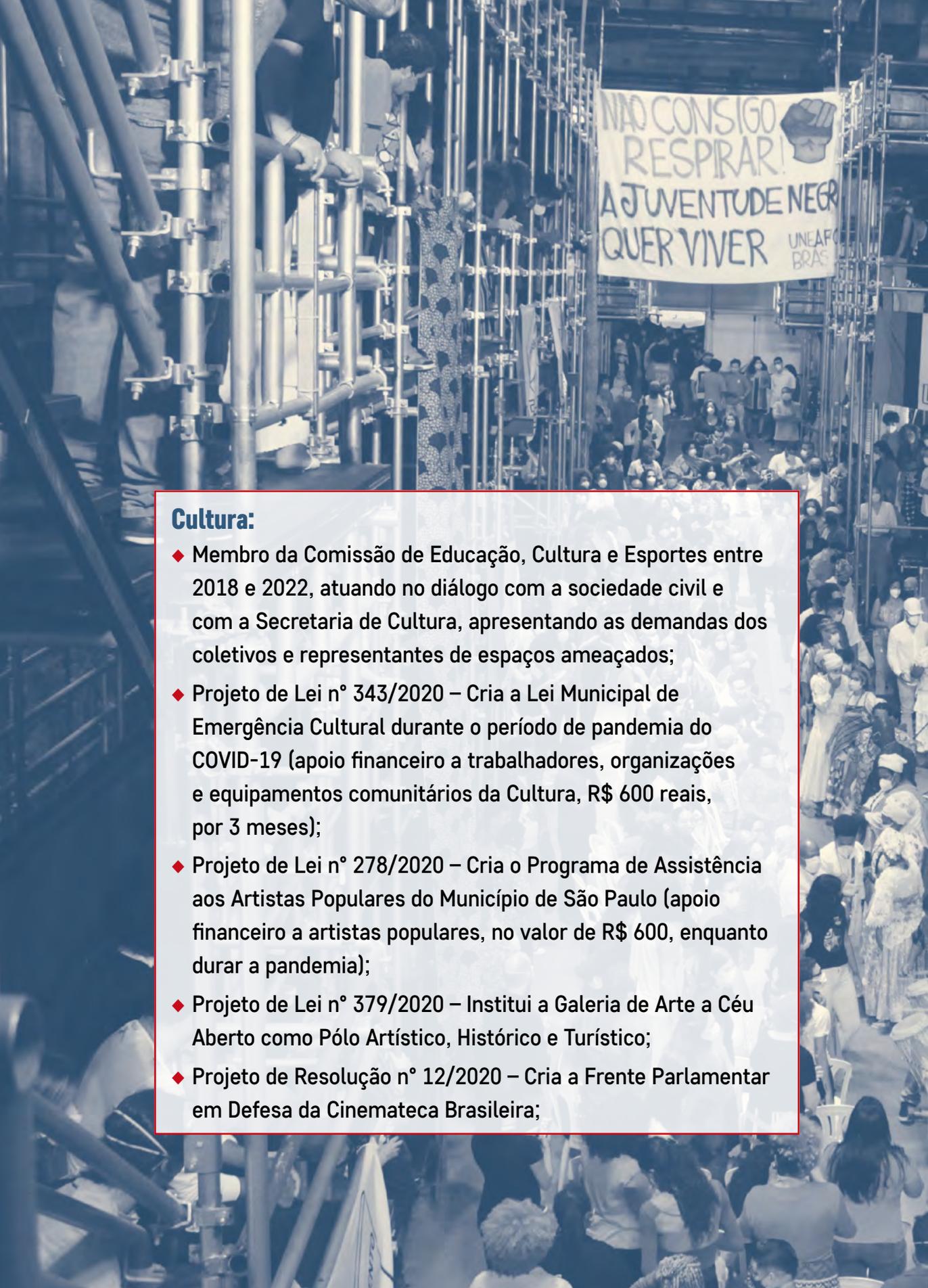
AVANÇOS
TECNOLOGICOS
TRANS

ENB
CULTURA

Principais realizações relacionadas ao tema:

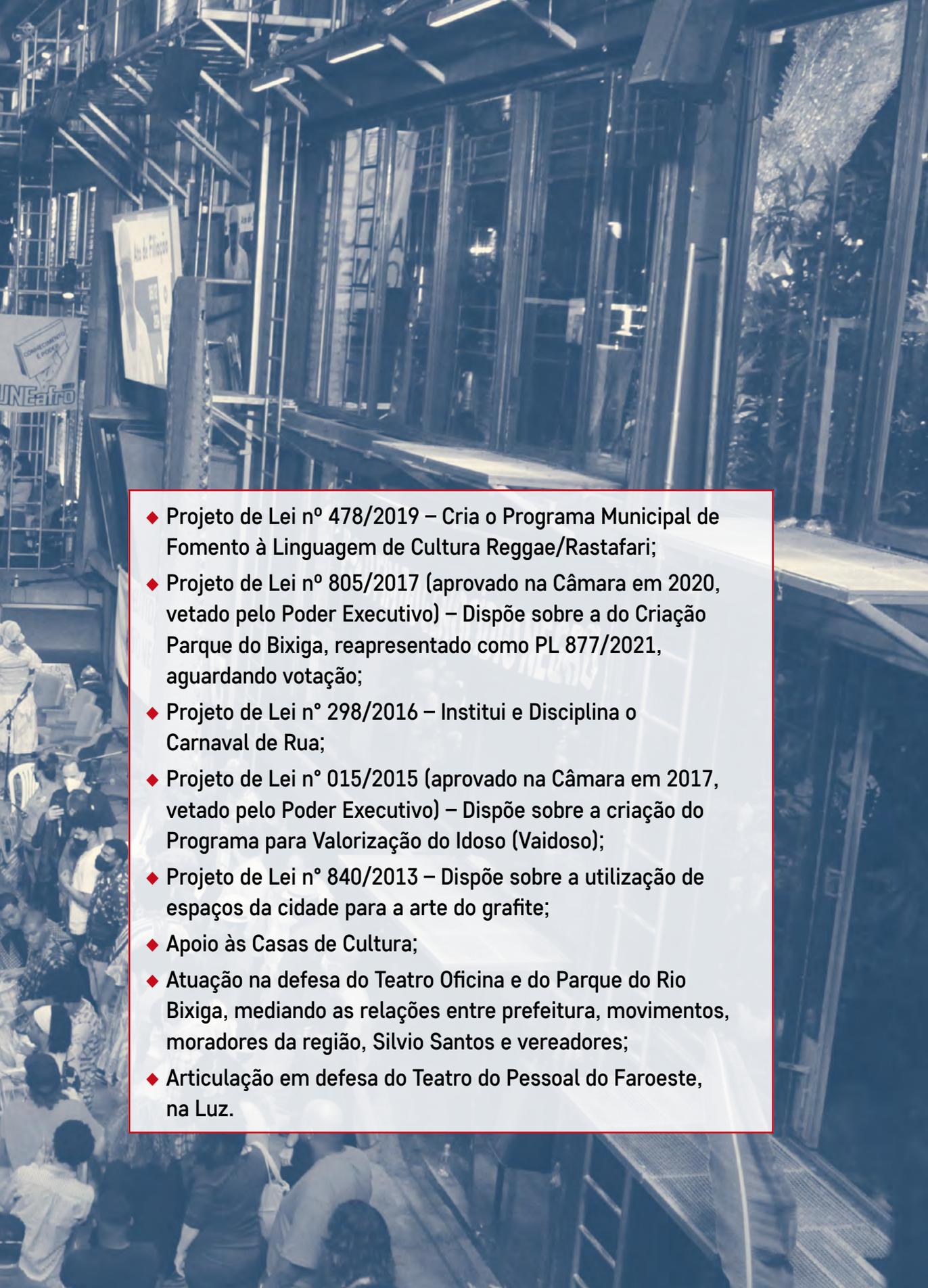
Educação:

- ◆ Projeto de Lei nº 213/2020 – Institui o Cartão Alimentação para Famílias com Alunos na Rede Pública Municipal de Ensino e de Baixa Renda;
- ◆ Projeto de Lei nº 324/2020 – Autoriza a instituição do Programa São Paulo Conectada (distribuição de computadores a estudantes e professores);
- ◆ Projeto de Lei nº 508/2016 (aprovado na Câmara em 2019, vetado pelo Poder Executivo) – Institui o Passe Livre para os estudantes de cursinhos comunitários, de cursos técnicos e de cursinhos pré-vestibular nos serviços de transporte coletivo do município;
- ◆ Projeto de Lei nº 906/2013 – Dispõe sobre ações socioeducativas na rede pública de ensino nas escolas municipais, visando a prevenção de violência contra a mulher;
- ◆ Apoiou e participou de todas as reuniões do Comitê Emergencial de Crise da Educação devido à pandemia do Covid-19;
- ◆ Visitas a unidades educacionais;
- ◆ Participação ativa em diversas audiências públicas sobre adoção de protocolo e medidas para retorno às aulas presenciais; execução orçamentária da educação e alimentação escolar; e reforma do Ensino Médio Municipal.



Cultura:

- ◆ Membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes entre 2018 e 2022, atuando no diálogo com a sociedade civil e com a Secretaria de Cultura, apresentando as demandas dos coletivos e representantes de espaços ameaçados;
- ◆ Projeto de Lei nº 343/2020 – Cria a Lei Municipal de Emergência Cultural durante o período de pandemia do COVID-19 (apoio financeiro a trabalhadores, organizações e equipamentos comunitários da Cultura, R\$ 600 reais, por 3 meses);
- ◆ Projeto de Lei nº 278/2020 – Cria o Programa de Assistência aos Artistas Populares do Município de São Paulo (apoio financeiro a artistas populares, no valor de R\$ 600, enquanto durar a pandemia);
- ◆ Projeto de Lei nº 379/2020 – Institui a Galeria de Arte a Céu Aberto como Pólo Artístico, Histórico e Turístico;
- ◆ Projeto de Resolução nº 12/2020 – Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Cinemateca Brasileira;

- 
- ◆ Projeto de Lei nº 478/2019 – Cria o Programa Municipal de Fomento à Linguagem de Cultura Reggae/Rastafari;
 - ◆ Projeto de Lei nº 805/2017 (aprovado na Câmara em 2020, vetado pelo Poder Executivo) – Dispõe sobre a do Criação Parque do Bixiga, reapresentado como PL 877/2021, aguardando votação;
 - ◆ Projeto de Lei nº 298/2016 – Institui e Disciplina o Carnaval de Rua;
 - ◆ Projeto de Lei nº 015/2015 (aprovado na Câmara em 2017, vetado pelo Poder Executivo) – Dispõe sobre a criação do Programa para Valorização do Idoso (Vaidoso);
 - ◆ Projeto de Lei nº 840/2013 – Dispõe sobre a utilização de espaços da cidade para a arte do grafite;
 - ◆ Apoio às Casas de Cultura;
 - ◆ Atuação na defesa do Teatro Oficina e do Parque do Rio Bixiga, mediando as relações entre prefeitura, movimentos, moradores da região, Silvio Santos e vereadores;
 - ◆ Articulação em defesa do Teatro do Pessoal do Faroeste, na Luz.

COMISSÕES PARLAMENTARES

Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

- ◆ Suplicy foi presidente da Comissão em 2017, 2018, 2019 e 2020; e vice-presidente em 2021 e 2022;
- ◆ Desde 2017, participou de 37 reuniões ordinárias, 35 reuniões extraordinárias, 5 reuniões técnicas e 1 seminário;
- ◆ Promoveu ainda 40 audiências públicas sobre diversos temas, tais como: moradia, população em situação de rua, LGBTQI+, violência policial, violência contra a mulher, política municipal de drogas, ambulantes, direitos humanos, combate à fome, igualdade racial, povos originários etc.;
- ◆ Realizou dezenas de diligências/visitas a equipamentos;
- ◆ Criou o Observatório de Políticas de Combate à Fome e realizou duas diligências relacionadas ao tema;
- ◆ Instaurou o Grupo de Trabalho para Regularização dos Serviços Públicos Essenciais nas Ocupações da Região Central de São Paulo e realizou três visitas a ocupações;
- ◆ Criou o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a região conhecida como Cracolândia (GTI - Cracolândia), em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Alesp/SP e realizou cinco visitas/diligências na região, para apurar denúncias de remoções ilegais e uso indevido de violência.

Comissão Ordinária de Educação, Cultura e Esportes

- ◆ Suplicy foi membro de 2018 a 2022;
- ◆ Participou de 132 reuniões ordinárias; 33 audiências públicas; apresentou 111 pareceres e relatou 29 projetos;
- ◆ Além disso, participou de 12 reuniões do Comitê Emergencial de Crise da Educação durante a pandemia de Covid-19;
- ◆ 11 Projetos relatados;

Comissão Ordinária de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

- ◆ Membro em 2017, Suplicy participou de 20 reuniões ordinárias, 26 audiências públicas e foi relator de 19 projetos.





MEIO AMBIENTE

O tema ambiental foi foco das ações do mandato em duas frentes principais: fortalecimento e criação de parques, como o do Ibirapuera e o do Rio Bixiga, e segurança hídrica, incluindo a proteção das nascentes da cidade. Sempre em consonância com a sociedade civil, temas como a concessão de parques foram orientados pelo Fórum Verde, que luta por um maior número de parques municipais, especialmente nas periferias, assim como pela preservação do patrimônio ambiental e por sua gestão democrática, como no Ibirapuera.

Parque Rio Bixiga

O projeto de criar um **parque na região do Bixiga**, ou Bela Vista, é uma reivindicação de diversos movimentos há mais de quatro décadas. O terreno escolhido, de mais de 10 mil metros quadrados, engloba o local onde fica o Teatro Oficina, projetado por Lina Bo Bardi na década de 1960, e um trecho do Rio Bixiga, encoberto e transformado em galeria na década de 1930.

A área onde ficaria o parque, porém, pertence ao Grupo Silvio Santos, que planeja, desde a década de 1980, construir três grandes torres residenciais no local. A construção nunca foi adiante por conta de decisões judiciais que reconheceram que se trata de área de interesse cultural, arquitetônico e ambiental. O mandato do ve-

reador Eduardo Suplicy **apresentou um projeto de lei criando o parque em 2021 (PL 877/2021)**, e convocou uma audiência pública para debater o tema em 2022.

Segurança Hídrica

Além disso, Suplicy foi um dos autores da lei que instituiu a **Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas** (lei 17.104/19). A legislação determina a instalação de uma política municipal de revitalização e proteção de nascentes, córregos, rios e demais corpos d'água; um programa de uso de águas pluviais para fins não potáveis; uma política municipal de defesa civil e adaptação às mudanças climáticas, com sistemas de alerta para prevenir desastres; uma política municipal de saneamento que garanta o princípio da integralidade dos serviços – abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, drenagem e resíduos sólidos – e a



“ O PL sobre segurança hídrica foi uma construção da sociedade civil, principalmente da Aliança pela Água, e foi um dos projetos que o vereador Nabil Bonduki prometeu encampar se fosse reeleito em 2016. Mas ele não foi reeleito, então fomos conversar com o Suplicy. O Suplicy topou e encabeçou a discussão sobre esse projeto. Ele pilotou a primeira audiência pública sobre o PL, que teve uma presença boa da sociedade civil. O governo colocou algumas questões, e o pessoal da Aliança pela Água articulou com o governo as mudanças que teriam de ser feitas e por fim o projeto foi aprovado. São Paulo ganhou assim essa política de segurança hídrica que é muito interessante. E o protagonismo do Suplicy foi bem importante para isso. ”

Maria Lucia Bellenzani, Engenheira Agrônoma e doutoranda em Planejamento e Gestão Territorial, foi assessora do mandato do Suplicy de 2017 a 2018

articulação com a promoção da saúde e proteção do meio ambiente; e medidas de saúde e combate à proliferação de doenças transmitidas pela água.

Nesse sentido, Suplicy é co-autor ainda de um projeto de lei (PL 719/21) específico sobre nascentes, por meio do qual é estimulado o cadastramento e monitoramento de **nascentes** e a adoção de medidas para sua conservação ou recuperação. A proposta também cria um programa de “adoção” de nascentes e estabelece multas para quem polui-las ou intervir em seu curso.

Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ Projeto de Lei nº 719/2021 – PL das Nascentes – Dispõe sobre o Cadastramento, Monitoramento, Proteção, Conservação e Recuperação das Nascentes Existentes no Município de São Paulo, Cria o “Programa Adote Uma Nascente”;
- ◆ Projeto de Lei nº 420/2018 – Altera o Parágrafo 2º do Artigo 11 da Lei Nº 16.899 de 24 de Maio de 2018 e Dá Outras Providências – (Retirado dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais a Prerrogativa de Deliberar, Fiscalizar, Criar Normatizações);
- ◆ Projeto de Lei nº 575/2016 → Lei nº 17.104/2019 – Institui a Política Municipal De Segurança Hídrica e Gestão Das Águas;
- ◆ Projeto de Lei nº 616/2016 – Determina que sejam disponibilizadas informações sobre termos de compensação ambiental e termos de compromisso de ajustamento de conduta ambiental;
- ◆ Projeto de Lei nº 503/2016 – Dispõe sobre o manejo de espécies arbóreas exóticas.

EXISTIS
NETA
B



9 POVOS INDÍGENAS

tuma garota

Suplicy é co-autor de um **PL (181/2016) que propõe o estabelecimento de uma política municipal de fortalecimento ambiental e cultural de terras indígenas**, com a finalidade de garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas do município de São Paulo. A legislação também pretende assegurar a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento cultural dos povos indígenas, respeitando sua autonomia. A proposta estabelece ainda áreas de proteção ambiental nas áreas ocupadas pelas aldeias, ou um “cinturão verde”, nas regiões de Parelheiros e Jaraguá.

Programa Aldeias

O vereador também atuou para garantir a continuidade do Programa Aldeias quando este foi ameaçado de suspensão. O programa contrata agentes culturais indígenas do povo Guarani Mbya com o objetivo de **conservar sua identidade cultural e religiosa** em seus territórios e tornar a cultura Guarani conhecida e valorizada no restante da cidade. O programa inclui ações de fortalecimento da alimentação tradicional e plantio de espécies tradicionais; planejamento, recuperação e manejo ambiental; apoio para casas de reza; e atividades de formação em audiovisual e de educação sobre

cultura indígena em escolas. Suplicy levou as demandas dos povos indígenas ao presidente da Câmara dos Vereadores e, assim, o programa foi mantido.

TI Jaraguá

Desde quando foi senador, Suplicy também acompanha o processo de **demarcação e ampliação da Terra Indígena Jaraguá**. A construtora Tenda, contudo, é proprietária de terras que se sobrepõem à área declarada e tem a intenção de construir empreendimentos no local. Já vereador, Suplicy intermediou diversas tentativas de entendimento entre a construtora, FUNAI, o Ministério da Justiça e os guarani. Além disso, acompanhou de perto o caso em que a empresa derrubou árvores sem fazer estudos de impacto ambiental e nem consultar ou dialogar com a comunidade indígena. Suplicy foi ao local e requereu a Prefeitura, o governo estadual, o governo federal e os órgãos de justiça para que garantissem que a construtora realizasse estudos de impacto indígena antes de iniciar quaisquer obras na região.



“ Suplicy sempre atuou com muito respeito no que diz respeito às questões dos povos guarani de São Paulo.

Suplicy, esse ser *jurua* (não guarani), é uma das poucas pessoas na política que tem sensibilidade para com as questões relacionadas às ditas ‘minorias’, que, no caso, somos a maioria: as pessoas periféricas, do movimento negro, as pessoas LGBTQIA+ e os povos indígenas.

Se tivesse mais uma dúzia de políticos *jurua* que somassem com ele no respeito que ele tem por nós, no trabalho que ele faz, o projeto Cinturão Verde, por exemplo, já teria sido votado, e a gente já teria essa garantia. ”

Jerá Guarani, liderança da aldeia Tenonde Porã e Kalipety



Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ Projeto de Lei 181/2016 – Institui a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas;
- ◆ Trabalho pela continuidade do Programa Aldeias;
- ◆ Acompanhamento do processo de demarcação da TI Jaraguá e mediação de conflito com a construtora Tenda.



10

**APERFEIÇOAMENTO
DA DEMOCRACIA**

O mandato de Eduardo Suplicy sempre esteve comprometido com a transparência e a garantia de participação social nos processos de tomada de decisão. Nesse sentido, o vereador propôs uma série de projetos de lei no sentido de **ampliar os mecanismos de prestação de contas do governo para a sociedade** e de **facilitar a participação política das cidadãs e cidadãos**, particularmente de grupos historicamente excluídos.

Participação ampliada

Em 2017, por exemplo, o vereador propôs uma lei que torna obrigatório que ao menos 25% dos integrantes de conselhos municipais de participação e controle social do município sejam negros e/ou indígenas. Suplicy também apresentou o PL que institui a gratuidade do transporte público no dia das eleições (PL 580/2022), para que a falta de recursos não seja impeditivo para que os cidadãos e cidadãs cumpram seu direito de votar. Além disso, o vereador apresentou um projeto de resolução alterando o regimento da Câmara para facilitar a proposição de leis de iniciativa popular. O projeto torna possível que cidadãos apresentem propostas de legislação por via eletrônica e que, caso obtenham apoio por parte de 0,5% dos eleitores do município, essa proposta seja examinada pela Co-

missão de Constituição e Justiça e, caso aprovada, pelo plenário. Suplicy também propôs uma resolução (40/2017) criando a Frente Parlamentar de Participação Social.

Transparência

No que diz respeito a iniciativas que ampliem a **transparência** do poder público, Suplicy foi co-autor de um PL (536/2020) que propõe a adoção de medidas de transparência ativa sobre os impactos econômicos e ambientais do transporte motorizado na cidade, obrigando o poder público a divulgar dados sobre as despesas relacionadas a emissão de poluentes, acidentes, gestão de tráfego e outros. Também foi co-autor de um PL (255/2020), depois sancionado e transformado em lei (Lei 17.448 de 2020), que obrigava o município a tomar medidas de transparência ativa em relação a dados de saúde relacionados à pandemia – ou seja, tornar públicos, diariamente, os números relativos a internações, óbitos, tratamentos e outros.





Suplicy deu permanente apoio à Rede Nossa São Paulo e à construção de políticas públicas que impactam milhares de pessoas na cidade, além de defender sempre os mais vulneráveis, as causas justas e, incansavelmente, a renda básica. A qualidade da política que ele exerce valoriza os políticos e a democracia.

Jorge Abrahão, coordenador geral do Instituto Cidades Sustentáveis, organização realizadora da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis



O vereador propôs ainda uma lei inspirada na prática norte-americana do discurso sobre o “Estado da União”, pela qual o presidente da República se apresenta uma vez por ano ao Congresso para falar sobre a situação do país e ouvir os representantes. Segundo o projeto (PLO 03/2019), o **prefeito teria a obrigação de ir à Câmara** uma vez por ano, ocasião na qual apresentaria dados sobre a situação econômica, social, ambiental e urbanística do município, além das alterações que tivessem sido feitas no Plano de Metas.

Além das propostas e projetos de lei, Suplicy trabalhou para **barrar retrocessos** no que diz respeito a conquistas já estabelecidas, tanto no sentido de salvaguardar a política municipal de participação social, suspendendo, por exemplo, um decreto do prefeito João Dória que acabava com os conselhos participativos, quanto de assegurar processos democráticos, como o da construção do Plano de Metas do município. O vereador também fez esforços no sentido de que o STF reconhecesse a legalidade da lei de 2004 que cria os Conselhos de Representantes de São Paulo – semelhantes aos Conselhos Participativos Municipais, mas ligados à Câmara, e não à Prefeitura, e com a função de fiscalizar o Executivo.



DEMOCR

BAN

Principais realizações relacionadas ao tema:

- ◆ PL 580/2022: Autorização de concessão de gratuidade no transporte público municipal em dias de eleições;
- ◆ PR 38/2021: Projeto de Resolução que altera o regimento interno da Câmara para facilitar o recebimento de propostas legislativas de iniciativa popular;
- ◆ PL 536/2020: Medidas de Transparência Ativa para a Divulgação de Informações e Dados sobre os Impactos Econômicos e Custos Orçamentários Associados aos Deslocamentos Realizados por Modos de Transporte Motorizado no Município;
- ◆ Projeto de Lei nº 255/2020 → Lei nº 17.448 de 09/09/2020 – Medidas de Transparência Ativa a Serem Observadas Durante Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública;
- ◆ Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 03/2019 – Obrigatoriedade do comparecimento anual do prefeito à Câmara para pronunciamento à respeito da situação do município;
- ◆ Projeto de Resolução nº 40/2017 – Cria a Frente Parlamentar da Participação Social;
- ◆ PL 187/2017: Sobre Cotas Étnico/Racial nos Espaços de Participação e Controle Social.

LIDERANÇA DO PT NA CÂMARA

O vereador Eduardo Suplicy ocupou a liderança do PT na Câmara entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022. Durante esse período, coordenou as reuniões semanais da bancada do partido, nas quais, além de debater questões conjunturais, os vereadores analisavam os projetos do Executivo e articulavam propostas para melhorá-las (por meio de emendas ou textos substitutivos) ou para fazer oposição a elas.

Propostas e emendas a projetos de lei

Enquanto Suplicy esteve na liderança do PT, a bancada examinou mais de 40 projetos de lei do Executivo, sempre sugerindo melhorias via emendas ou substitutivo aos projetos. Entre as principais propostas da bancada neste sentido, estiveram: a prorrogação da Renda Básica Emergencial, o Programa de Parcelamento Incentivado para a regularização de débitos dos contribuintes e projetos para instalação de antenas para fornecimento de serviços de telecomunicação; alteração do regime de previdência social dos servidores públicos municipais; e reforma administrativa da prefeitura.

Já entre os principais projetos de lei apresentados pela própria bancada – lembrando que boa parte do período em que o vereador foi líder passou-se durante a pandemia de Covid-19 –, estiveram: criação de linhas de crédito emergenciais para enfrentamento dos efeitos econômicos do isolamento social; projeto para que fosse estabelecido benefício para garantir o trabalho aos empregados de MEI; criação do Memorial de Vítimas da Covid da cidade de São Paulo; e PL propondo a criação do Prouni municipal.

Representações

Outra forma de atuação da bancada no sentido de fiscalizar o Executivo é por meio da entrada de representações junto ao Tribunal de Contas do Município e ao Ministério Público para pedir que apurem questões de interesse público a respeito da qual os vereadores julguem haver indícios de descumprimento da lei.

Algumas das principais representações com as quais a bancada entrou junto a esses órgãos públicos foram: pedido ao TCM e ao MP para que apurassem e tornassem efetiva a participação social no Plano de Metas 2021-2024; pedido ao TCM e ao MP para que apurassem o descumprimento do estabelecido em Lei Federal que obriga o uso de 30% dos recursos do FNDE (Fundo Nacional

de Desenvolvimento da Educação) para aquisição de alimentos de agricultura familiar para as escolas; e pedido ao TCM para que apurasse as condições estabelecidas no edital para aquisição de armas e fuzis para a GCM (Guarda Civil Metropolitana).

Mobilizações coletivas

Finalmente, Suplicy imprimiu à liderança da bancada a mesma forma de atuar politicamente que caracterizou seu próprio mandato, ou seja: a disposição para dialogar com interlocutores de seu próprio partido, mas também de outras posições do espectro político, e a abertura e a permeabilidade às demandas da sociedade civil organizada. Assim, procurou engajar a bancada em mobilizações coletivas.

Entre as principais, estiveram o engajamento na luta e pressão pelo retorno à gratuidade do Bilhete Único do transporte coletivo para os paulistanos entre 60-64 anos; a recomendação ao presidente da Câmara que estabelecesse um GT para organizar o processo de eleição para o Conselho de Representantes da cidade; e a redação de uma carta à população de São Paulo, com defesa de política ampla de vacinação, testagem e alocação de recursos para a saúde, de forma a combater a pandemia (assinada pelos diretórios estadual e municipal e setoriais de saúde do PT, deputados estaduais, vereadores) e de um manifesto em defesa da educação pública e do direito de greve aos professores.



ATENDIMENTOS

Eduardo Suplicy sempre fez questão de manter seu gabinete aberto a todas e todos que o procurassem e buscou estar presente onde quer que fosse chamado. Assim, o vereador e sua assessoria procuraram colocar em prática, na atividade diária do gabinete, o dever parlamentar de interação com a sociedade.

O vereador recebia diariamente solicitações de diversas ordens: para proferir palestras em universidades; fornecer entrevistas a estudantes, pesquisadores e jornalistas; conceder audiências para tratar de problemas do município ou de projetos de lei que tramitam na Câmara Municipal; além de numerosos convites para estar presente em eventos em outros municípios, Estados e até outros países.

Mas as demandas que chegaram ao gabinete nem sempre estavam diretamente relacionadas à missão de legislar ou de fiscalizar o Poder Executivo municipal. Ainda assim, procurou-se receber os cidadãos com empatia, ouvir suas solicitações e então responder a elas com objetividade, auxiliando-os na busca de alternativas para a resolução de seus problemas, sempre falando a verdade, sem promover falsas expectativas. Todas e todos que procuraram o gabinete foram atendidos, sem exceção. Quando a resolução das demandas era de competência de algum órgão do Poder Público – como a Defensoria Pública, por exemplo – o gabinete forneceu orientação e encaminhou os munícipes para os órgãos institucionais responsáveis.

Embora houvesse uma assessoria responsável pelo atendimento aos cidadãos e cidadãs, sempre que possível, o atendimento foi feito pelo próprio Suplicy, já que o parlamentar vê essas demandas como oportunidades de maior aproximação com a cidade, de diálogo com a população e de escuta das pautas trazidas pela sociedade civil – todos elementos fundamentais para a atividade parlamentar e a produção legislativa de qualidade. Um exemplo de como os atendimentos recebidos influenciaram diretamente as atividades do mandato deu-se no início de 2019, quando, ao receber mais de mil mensagens, majoritariamente de servidores públicos, sobre a Portaria 190, que iniciava uma reestruturação no SAMU, com fechamento de bases, redução do número de ambulâncias e precarização dos postos de trabalho, o gabinete passou a fazer oposição à referida Portaria.

Entre 2017 e 2022, foram realizados **11.666 atendimentos a municípios e/ou entidades**, entre atendimentos presenciais e demandas que chegaram por e-mail, versando sobre os mais diversos assuntos.

O principal assunto pelo qual o gabinete foi procurado diz respeito às atividades próprias de mandato, responsável por 29% das demandas, incluídos aí os pedidos de agenda, assuntos partidários e solicitações de informação ou de orientação, entre outros.

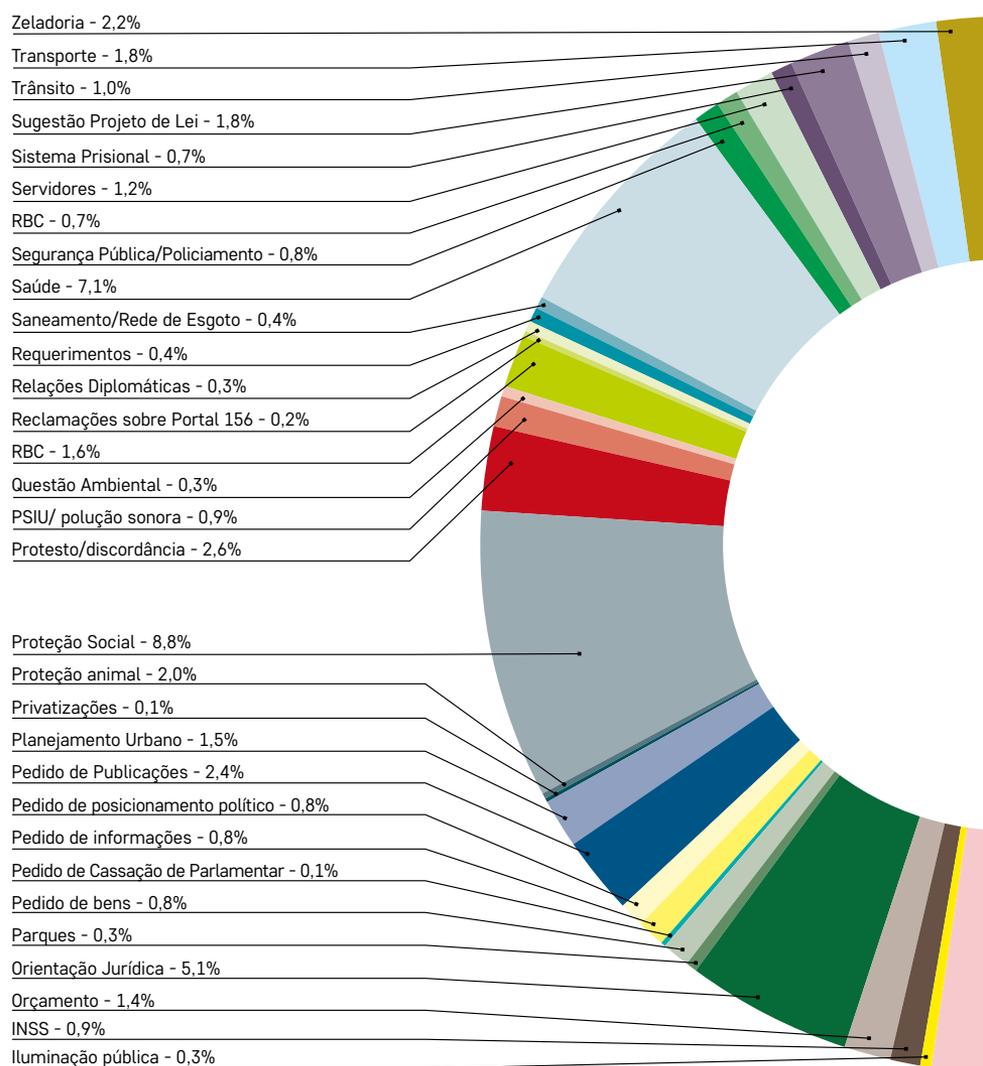
O segundo grupo de solicitações mais numerosas foi aquele relativo ao tema do Emprego e Renda, com 13,1%, sendo a maioria delas procura de oportunidades no mercado de trabalho.

Em seguida ficou o eixo da Proteção Social, com 8,8%, referindo-se principalmente à busca por equipamentos de acolhida e denúncias de violação de direitos das pessoas em situação de rua.

O eixo Saúde representou 7,1% das demandas, e corresponde, principalmente, a solicitações individuais de auxílio em atendimento hospitalar.

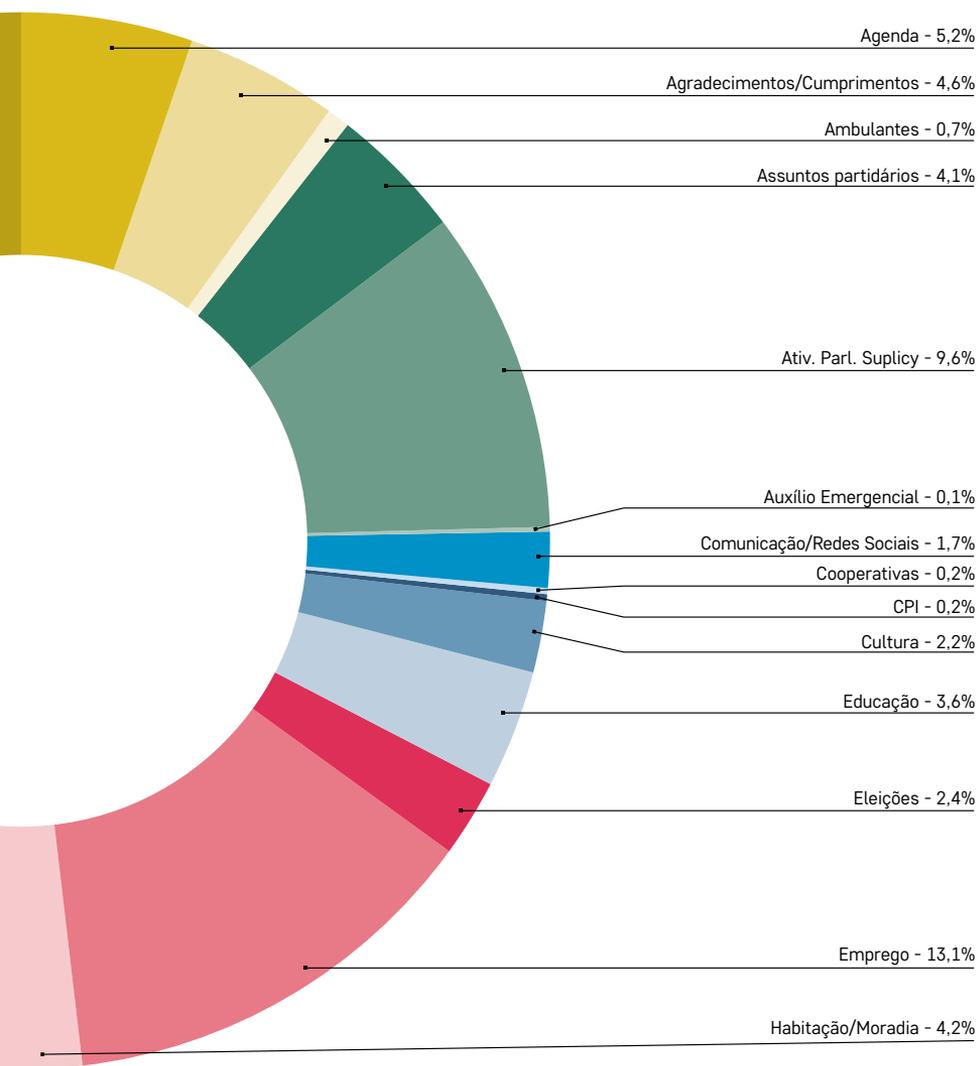
Já o tema Questões Jurídicas concentrou 5,1% dos atendimentos realizados, sendo a maior parte deles solicitações de orientação ju-

Porcentagem



rídica, pois, muitas vezes, é desconhecido o serviço de atendimento judicial gratuito prestado pela Defensoria Pública.

Abaixo está a representação gráfica dos tipos de atendimentos realizados no gabinete durante o período mencionado.



CASOS MARCANTES

Não é apenas o gabinete de Suplicy, no quarto andar da Câmara dos Vereadores, que é aberto a todos. Quando pessoas em situação de extrema vulnerabilidade precisam de ajuda imediata, muitas vezes recorrem a Suplicy para intervir ou mediar conflitos com o poder público: o vereador, que fornece seu número de celular a todos que o peçam, é frequentemente acionado em fins-de-semana ou até de madrugada para socorrer cidadãos ou cidadãs. Foi assim quando o prefeito João Doria declarou que “a Cracolândia acabou”, ou quando a polícia prendeu lideranças do movimento de moradia ou manteve presa uma mulher com seu bebê recém-nascido, como vimos nos casos citados nos capítulos acima.

Suplicy sempre atende aos chamados, se esforçando para tentar resolver os conflitos da maneira mais pacífica possível. E, discípulo autodeclarado de Mahatma Gandhi e Martin Luther King, mais de uma vez interpôs o próprio corpo entre manifestantes e agentes do poder público para tentar impedir desfechos violentos.

Listamos abaixo alguns dos casos mais marcantes de atendimento direto prestado por Suplicy e que não foram mencionados nas seções anteriores.

Assassinato de Luiz Carlos Ruas

No segundo dia de mandato, Suplicy recebeu a família de Luis Carlos Ruas, o “Índio”, morto por espancamento na estação Pedro II do metrô ao defender uma travesti que estava sendo agredida por dois homens. Suplicy atuou para que a família fosse atendida pelo então



prefeito João Doria, a fim de auxiliar Maria Santos, conhecida como Sandra, a viúva de Ruas. O vereador também apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2017 (DL nº 34/2017) que deu o título de cidadão post-mortem paulistano a Luiz Carlos Ruas.

Incêndio da Favela de Paraisópolis

Em março de 2017, após o segundo episódio de incêndio na Favela de Paraisópolis no intervalo de duas semanas, que deixou mais de mil desabrigados, Suplicy esteve no local e conversou com várias pessoas que tiveram suas moradias queimadas. Na ocasião, o vereador cobrou do então prefeito João Doria que comparecesse à comunidade para conversar sobre alternativas para resolver a questão.

Incêndio na Favela do Cimento

Na noite de 23 de março de 2019, um sábado, foi noticiado que ocorria naquele momento um incêndio na comunidade da Favela do Cimento, na avenida Radial Leste, onde viviam cerca de 200 famílias.



O vereador Eduardo Suplicy acompanhava o caso, pois havia a previsão de uma reintegração de posse na manhã de domingo (24), e já estava apreensivo por conta de denúncias de que a ação ocorreria com violência policial.

Dirigiu-se ao local, tendo recebido no trajeto uma ligação do padre Júlio Lancellotti, que abrigara os moradores em um galpão depois que eles foram ameaçados pela força policial com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.

O fogo destruiu a maior parte dos barracos. Um morador deu entrada em um hospital com 70% do corpo queimado e veio a falecer no dia seguinte. Num cenário caótico, com moradores feridos e crianças perdidas, Suplicy buscou autoridades no local, sem sucesso.

Dirigiu-se então ao galpão e ouviu os apelos das famílias, que haviam perdido tudo. Ali soube que os barracos abrigavam cerca de 500 pessoas, entre adultos, crianças, idosos, pessoas com deficiência e grávidas.

Nos dias seguintes, Suplicy seguiu acompanhando as famílias e organizou uma audiência pública pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania para debater as violações de direitos ocorridas durante a reintegração e ouvir os moradores.

Incêndio na Ponte do Jaguaré

Em 21 de junho de 2019, um incêndio na Ponte do Jaguaré deixou 50 famílias que viviam em ocupações embaixo da ponte desabrigadas. Suplicy visitou-os num sábado à noite e fez contato com as autoridades responsáveis para que fosse dada assistência às famílias.

Ocupação Nova Laranjeiras

Em julho de 2019, Suplicy foi acionado para intervir em um processo de reintegração de posse de uma área denominada Ocupação Nova Laranjeiras, na região do Jardim Iguatemi, Zona Leste. A área seria reintegrada em outubro, e havia relatos de existir cerca de 30 mil pessoas morando no local, dentre as quais 15 mil crianças e 2 mil imigrantes. Não havia qualquer cadastramento ou alternativa habitacional ofertada, nem atendimento da Assistência Social. Suplicy visitou o local, tentou construir um acordo com os proprietários, viabilizou uma reunião de representantes da ocupação com a Secretaria de Habitação, dialogou com a juíza do caso e conseguiu o envio da questão do Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP), do Tribunal de Justiça de São Paulo, e articulou serviços aos moradores da região.



Ocupação na avenida São João

Na noite do dia 3 de novembro de 2022, ao saber que policiais da Guarda Civil Metropolitana tinham entrado em conflito com moradores de uma ocupação na avenida São João quando funcionários da Sabesp foram cortar o fornecimento de água do edifício, Suplicy foi ao local tentar intermediar uma conversa entre os moradores e o poder público. Segundo a coordenadora da ocupação, havia sido feito um acordo entre a FLM (Frente de Luta por Moradia) e a Companhia de Habitação do município (Cohab) em que havia sido acertado que só mulheres e crianças poderiam ficar no local e, em troca, o poder público garantiria a água e a eletricidade. Suplicy telefonou para o então prefeito em exercício Milton Leite e para a Cohab para tentar intermediar o conflito e encontrar uma solução de moradia para as mulheres e crianças da ocupação.

COMPROMISSOS

Eduardo Suplicy sempre teve grande disposição para atender às mais diversas solicitações em sua agenda.

São compromissos prioritários aqueles que estão relacionados ao exercício do mandato, tais como reuniões de comissões, audiências públicas e sessões plenárias.

Nos períodos em que não há atividades na Câmara, incluindo os finais de semana, são atendidas as demais solicitações, das mais diversas ordens, sejam reuniões, palestras, entrevistas, visitas, diálogos com jovens e estudantes, conversas de mediação ou atendimentos de munícipes. Algumas vezes, ocorrem também chamados de emergência, que o vereador faz questão de atender, e que acabam nem sendo registrados em sua agenda. Suplicy tampouco impõe restrições em relação à divulgação de seu número de celular, sendo que muitas vezes ele próprio atende às chamadas de emergência ou aos convites que lhe chegam.

Até o início da pandemia, a maioria dos compromissos do vereador era presencial, e a equipe do gabinete se organizava em escala para acompanhá-lo em sua agenda de trabalho, de domingo a domingo. A partir do início das recomendações de isolamento social em função da pandemia da Covid-19, os compromissos passaram a ser virtuais. Após o início da vacinação, em 2021, Suplicy voltou a participar de compromissos presenciais.

Entre 2017-2022 Suplicy teve **2.277 compromissos presenciais**, sendo 1.518 nos anos de 2017, 2018 e 2019, e 138 em 2020, até

que a pandemia impôs o isolamento social. Em 2021, o vereador retomou algumas reuniões presenciais no final do ano, participando em pessoa de um total de 137 compromissos. Em 2022, foram 484. Além destes, Suplicy participou de **827** compromissos remotos ou virtuais entre 2020 e 2022.

Pode-se classificar os 3.104 compromissos do vereador da seguinte forma:

1. **Reuniões com munícipes e entidades** para tratar de assuntos de relevância para o município, **742** registros de compromissos.
2. **RBC – Renda Básica de Cidadania – 136** compromissos relacionados ao tema, reuniões com acadêmicos, estudiosos e entidades da sociedade civil.
3. **Entrevistas** para meios de comunicação e a pedido de estudantes – total de **355** agendas deste tipo.
4. **Eventos culturais – 574** agendas relacionadas às áreas de teatro, cinema e música, lançamento de livros, corridas de bairro e homenagens.
5. **Eventos institucionais – 788** compromissos que incluem convites diversos de entidades não-governamentais, faculdades, equipamentos públicos, solenidades para entrega de prêmios.
6. **Atos políticos** – manifestações em torno de temas polêmicos ou de reivindicação e defesa de direitos tais como, Marcha de Mulheres, Marcha de Mulheres Negras, Atos contra prisões injustas e/ou infundadas, atos em defesa da população em situação de rua e atos partidários, totalizando **193 agendas**.
7. **Governo, Defensoria Pública e Ministério Público** – compromissos relativos a reuniões com o prefeito, secretários ou membros da Defensoria e do Ministério Público para discussão de temas de interesse do município, total de **87**.
8. **Diligências – 24 atividades** oficiais de fiscalização do Poder Executivo, em que geralmente comparece um ou mais vereadores representando uma comissão.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES

Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)

O vereador Eduardo Suplicy foi membro titular de três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). As CPIs são as comissões destinadas à apuração de fato determinado ou denúncia em matéria de interesse do município. As CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

- **CPI da Política de Migração:** Instalada em 2017 a pedido do vereador Eduardo Suplicy. Os vereadores debateram diversos temas relacionados, com ampla participação de imigrantes, refugiados e especialistas da área. A CPI discutiu dificuldades como a de compreensão de um novo idioma, o acesso à documentação e também outros temas, como a feira boliviana que ocorre no Brás. A CPI elaborou um relatório com diversos encaminhamentos, como a criação de uma rede de proteção e valorização do imigrante, bem como a criação de um conselho administrativo para a feira boliviana. O relatório pode ser acessado na página: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/comissao/comissoes-encerradas/cpi-da-politica-de-migracao/>
- **CPI da Feira da Madrugada:** Criada em 2017 para apurar eventuais danos ao erário causados por irregularidades no contrato de concessão da Prefeitura ao Circuito de Compras. A CPI ouviu quase 200 pessoas, sendo a maior parte comerciantes da feira. O relatório elaborado pela CPI incluiu medidas como garantia de condições dignas para rentabilidade dos comerciantes cadastrados junto ao Circuito de Compras, criação da Frente Parlamentar do Comércio Popular para acompanhar o cumprimento do edital de concessão pública da área, atualização da listagem de cadastro dos comerciantes e continuidade do contrato de concessão – desde que asseguradas as contrapartidas. O relatório pode ser acessado na página: <http://www.saopaulo.p.leg.br/comissao/comissoes-encerradas/cpi-feirada-madrugada/>
- **CPI da Violência Contra Pessoas Trans e Travestis:** Apresentada em 2021, por iniciativa da vereadora Erika Hilton, após atentados contra vereadoras trans e travestis que tinham acabado de assumir seus mandatos. Eduardo Suplicy foi vice-presidente da CPI, que dialogou com representantes da sociedade civil e agentes públicos e, em seu relatório final, apresentou 189 recomendações a 33 instituições públicas e privadas sobre iniciativas de combate à transfobia institucional. As recomendações tratam dos eixos das investigações da CPI: violência física, assistência social, segurança pública, educação, retificação de nome e gênero, procedimentos cirúrgicos, tratamento de hormonioterapia, transfobia nas redes sociais, sistema prisional, envelhecimento da população trans e empregabilidade. O relatório final pode ser acessado na página: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/comissao/comissoes-parlamentares-de-inquerito-cpis/cpi-da-violencia-contra-pessoas-trans-e-travestis/>

Emendas Parlamentares

Ao longo do mandato, o vereador Eduardo Suplicy priorizou enviar orçamentos de emendas parlamentares para projetos voltados aos direitos humanos e à cultura. Em direitos humanos, a maior parte foi destinada a grupos em situação de extrema vulnerabilidade, tais como população em situação de rua, imigrantes e pessoas trans. Na cultura, apoiou diversos eventos, festivais e mostras culturais em várias regiões da cidade, além de dar suporte a equipamentos culturais.

A seguir, alguns dos principais projetos apoiados com a verba de emenda parlamentar do vereador:

Trabalho, renda e economia solidária

- Implementação de estratégias e manutenção da renda de trabalhadoras/res ligados a empreendimentos de Economia Solidária (EES) – NESOL/ITCP/FUSP (2021 e 2022)
- Apoio ao evento Pimp My Carroça – 10 anos (2021)
- Desenvolvimento de estudos de planejamento para realização de mapeamento de trabalhadores ambulantes no município de São Paulo – DIEESE (2021)
- Apoio à gestão do acervo e memória do Professor Paul Singer – Museu da Pessoa (2021)

População em situação de rua

- Natal Solidário da População em Situação de Rua (2017, 2018, 2019, 2021 e 2022)
- Festival de Cultura e Cidadania da População em Situação de Rua (2018)
- Barbearia no Chá do Padre para a População em Situação de Rua (2018)
- Implantação do Núcleo de Direitos Humanos da População em Situação de Rua (2019 e 2020)
- Apoio à estruturação de Projetos de Moradia da População em Situação de Rua – Organização do Auxílio Fraternal – OAF (2021)
- Apoio e capacitação para criação de uma cooperativa de trabalhadores em situação de rua voltada para a construção civil. Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua (2021)
- Fortalecimento da assistência para famílias e pessoas em situação de rua na região da Luz – Cia de Teatro do Farol (2022)

LGBTQIA+

- Primeiro Censo da População Trans no município com o objetivo de conhecer o perfil dessa população e embasar a construção de políticas públicas (2019 e 2020)
- Oficina de produção de roupas e tapetes com pessoas trans e pessoas em situação de rua (2018, 2019 e 2020)
- Apresentações drags do Cabaré da Salette Campari (2021)

Direito à cidade e habitação

- Jornadas do Direito à cidade – Curso de Formação para Lideranças – Instituto Casa da Cidade (2022)

- Assessoramento técnico à moradia como direito humano. Apoio a melhorias habitacionais, regularização fundiária e edilícia, visando a formação de quadros para ação em ocupações de São Paulo, em articulação com a Rede Nacional Moradia-Assessoria. Peabiru/FAU/FIO (2021 e 2022)
- Estudo sobre a regionalização do orçamento (2020)

Educação e cultura

- Bolsas de estudo para cursinhos populares (2017)
- Oficinas com foco no fortalecimento de vínculos e do sentimento de pertencimento de crianças e adolescentes do Asdrúbal do Nascimento II Coletivo Co-criança / cidade Escola Aprendiz (2022)
- Ações de formação educacional, social, cultural e de direitos humanos e cidadania das crianças e adolescentes moradoras da Comunidade Erundina e entorno – Bloco do Beco (2021)
- FELIZS – Feira Literária da Zona Sul (2017, 2018 e 2019)
- Compra de equipamentos e reformas em Casas de Cultura e Centros Culturais (2018)
- Acervo do Teatro Oficina (2020)
- Apoio à Cinemateca (2020)
- Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental (2021 e 2022)
- Festival de Filmes Curtas e Direitos Humanos Entretodos (2021 e 2022)
- Festividades de 1º de Maio / Dia do Trabalhador (CUT) (2021 e 2022)
- Shows do Mistura Popular em favor de causas populares (2021 e 2022)
- Festa Julina do Conjunto Habitacional Júlio Prestes (2021)
- Festa Julina da Ocupação 9 de Julho (2021)
- Aniversário do Jardim Helena (São Miguel Paulista) – Associação Trem Cultural (2021)
- 1ª Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida (2021)
- Festa das Crianças no CDC Taipas (2021)
- Apoio às atividades formativas da Mostra Ecofalante (2021)
- Festival da Reforma Agrária – MST (2021)
- Festival de Hip Hop Bocada Forte (2022)

Povos originários

- Projeto de fortalecimento cultural na Aldeia Tenondé – ações de fortalecimento da cultura Guarani (2017)

População imigrante

- Implementação de Políticas para Migrantes (2017)
- Unidade Móvel de Atendimento à Imigrantes (2019)
- Eventos para a Comunidade Peruana e Boliviana (2017, 2018, 2019 e 2020)
- Apoio à regularização migratória e o acesso aos serviços públicos para migrantes – CDHIC (2021 e 2022)
- 9º Carnaval Andino Yunza – Associação Latino Americana de Arte e Cultura (2021)
- Festival Mucho – Festival Cultural Latino-americano no Vale do Anhangabaú (2021)
- Festa da Independência Peruana – Associação dos Cidadãos Peruanos (2021)

Violência estatal: atendimento e memória

- Atendimento às mães e mulheres em situação de luto de seus filhos/filhas e familiares em decorrência da violência estatal – Bloco do Beco / Mães de Maio (2021 e 2022)
- atendimentos e formações para familiares e sobreviventes das prisões – Amparar (2022)
- Portal Memórias da Ditadura – Instituto Vladimir Herzog (2021)
- Apresentação de narrativas pouco conhecidas ou ainda desconhecidas de pessoas que vivenciaram o período da ditadura Militar brasileira – Museu da Pessoa e Instituto Vladimir Herzog (2022)

Saúde

- Compra de Equipamentos para o Hospital do Servidor Público Municipal (2019 e 2022)

Melhorias urbanas

- Reforma CCA – UNAS (2021 e 2022)
- Adequações e Reforma na UBS Silmarya Rejane Marcolino de Souza – Brasilândia (2021)
- Aprimoramento e gestão da Praça Marielle, Jd Paulistano, Brasilândia – A Cidade Precisa de Você (2022)
- Reforma da Praça Marielle Franco – Jardim Paulistano, Brasilândia (2022)

Outros

- Formação em Direitos Humanos para servidores públicos em parceria com a Escola de Governo (2017)
- Impressão da Revista do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público – Controladoria Geral do Município – Prefeitura (2021)

Projetos de Lei

O vereador Eduardo Suplicy apresentou 183 projetos, sendo:

141 projetos de lei (PLs)

- 48 aprovados
- 83 em tramitação
- 10 rejeitados

22 projetos de decreto legislativo (PDLs)

- 17 aprovados
- 1 em tramitação
- 4 rejeitados

18 projetos de resolução (PRs)

- 11 aprovados
- 6 em tramitação
- 1 rejeitado

2 projetos de emenda à lei orgânica (PLOs)

1 em tramitação

1 rejeitado

Projetos aprovados:

PLs

- PL 617/2011 – Institui o Estatuto do Pedestre
- PL 840/2013 – Dispõe sobre a utilização de espaços da cidade para a Arte do Grafite
- PL 10/2014 – Cria o Parque Municipal do Minhocão
- PL 15/2015 – Cria o Programa para Valorização do Idoso-Vaidoso, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Vetado)
- PL 409/2016 – Altera Lei nº 11.242 de 24 de Setembro de 1992 e dá outras providências (Ref. ao Grande Conselho Municipal do Idoso)
- PL 485/2016 – Diretrizes sobre o Programa Ponto de Economia Solidária (Vetado)
- PL 508/2016 – Institui o Passe Livre para alunos de cursinhos comunitários
- PL 575/2016 – Institui a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas
- PL 79/2016 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da construção ou adaptação de fraldários acessíveis a frequentadores masculinos
- PL 27/2017 – Diretrizes na elaboração das Políticas Públicas da Primeira Infância
- PL 805/2017 – Cria o Parque do Bixiga (Vetado) reapresentado como PL 877/2021, aguardando votação
- PL 145/2018 – Institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua
- PL 197/2018 – Lei Paul Singer – Economia Solidária
- PL 563/2018 – Altera a Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 – Estatuto dos Funcionários Públicos do município de São Paulo, para revogar o artigo relativo ao Salário Esposa
- PL 99/2018 – Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico
- PL 478/2019 – Cria o Programa Municipal de Fomento a Linguagem de Cultura Reggae/ Rastafari
- PL 48/2019 – Institui Campanha de Combate à Importunação Sexual no Transporte Público Municipal e dá outras providências
- PL 235/2020 – Fundo da Câmara para combate ao Covid
- PL 255/2020 – Medidas de transparência ativa a serem observadas durante situação de emergência e estado de calamidade pública
- PL 260/2020 – Medidas de proteção da saúde pública e de assistência (PL Coletivo Coronavírus)
- PL 103/2021 – Altera a redação do Art. 22 da Lei Municipal nº 17.202 de 16 de outubro de 2019, com a redação dada pela Lei nº 17.346/2020 de 25 de junho de 2020, e dá outras providências (ref. prazo para protocolamento acompanhado dos documentos exigidos e recolhimentos correspondentes, necessários à regularização de Edificações)
- PL 129/2021 – Prorroga prazo para regularização de imóveis
- PL 136/2021 – Dispõe sobre o encaminhamento das solicitações de abrigo emergencial e de auxílio aluguel para mulheres em situação de violência

- PL 253/2021 – Dispõe sobre a política municipal de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e na rua da cidade de São Paulo
- PL 465/2021 – Institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do município de São Paulo
- PL 672/2021 – Regulamenta no âmbito do município de São Paulo os procedimentos aplicáveis à regularização fundiária

Homenagens (nomes de logradouros)

- PL 447/2016 – Alteração de denominação da Praça General Milton Tavares de Souza (Rua das Memórias)
- PL 02/2017 – Denomina Praça da Sé – Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (Vetado)
- PL 081/2017 – Denomina Logradouro Público Inominado Avenida Dona Marisa Letícia
- PL 663/2017 – Denominação Mãe Silvia
- PL 364/2018 – Denomina Praça João Baptista Breda
- PL 365/2018 – Denomina Travessa Manoel Lino de Aveiro Vasconcelos (Freguesia do Ó)
- PL 53/2019 – Denominação Jornalista Ricardo Boechat
- PL 156/2019 – Praça Marielle Franco
- PL 497/2019 – Denomina Piscinão Deputado Jooji Hato a obra de arte de engenharia que especifica, localizada na divisa dos distritos do Ipiranga, Vila Mariana e Jabaquara
- PL 591/2019 – Altera a denominação do Logradouro Travessa 26 de outubro para Travessa Terezinha da Silva Hermenegildo (vetado)
- PL 787/2019 – Denomina Antônio Augusto Moraes Liberato – Gugu Liberato, a ligação viária Pirituba Lapa
- PL 457/2020 – Denomina Praça Maria Helena Gregori o logradouro público inominado que especifica, situado no Distrito de Perdizes (vetado)
- PL 634/2020 – Denomina Praça Amir Khair o logradouro inominado que especifica, situado no Distrito do Jardim São Luís
- PL 749/2021 – Denomina Túnel Deputado Federal José Mentor Guilherme de Melo Netto o logradouro público inominado no Distrito de Itaquera
- PL 800/2021 – Denomina “Praça Amanda Marfree” o logradouro que especifica, localizado no Distrito da Penha
- PL 872/2021 – Dispõe sobre a alteração da denominação do Hospital Central Sorocabana para – Hospital Central Sorocabana – Dr. Carlos Neder

Dias comemorativos e de luta

- PL 407/2017 – Dia Municipal de Luta contra o Encarceramento da Juventude Negra
- PL 688/2017 – Dia da Independência Peruana
- PL 729/2017 – Dia Municipal da Redução de Danos
- PL 332/2018 – Dia Municipal da Luta da População em Situação de Rua
- PL 240/2019 – Ano Novo Andino
- PL 298/2020 – Institui dia em memória dos trabalhadores que faleceram durante o combate ao coronavírus na cidade de São Paulo
- PL 314/2022 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para inserir no calendário de eventos da cidade o Dia dos Avós, a ser celebrado anualmente no dia 26 de julho

PDLs

Outorgas de título de cidadã(o) paulistana(o)

- PDL 4/2017 – Outorga de título de cidadão post-mortem paulistano a Luiz Carlos Ruas (“Índio”)
- PDL 42/2018 – Outorga de título cidadã paulistana a Salete Campari
- PDL 43/2018 – Outorga de título cidadão paulistano a João Miranda Neto (Unas)
- PDL 7/2019 – Outorga de título de cidadã paulistana à escritora Conceição Evaristo
- PDL 130/2019 – Outorga do título de cidadão paulistano ao senhor doutor Caio Augusto Silva dos Santos
- PDL 59/2020 – Outorga do título de cidadão paulistano, em memória, ao senhor Amir Khair
- PDL 5/2021 – Outorga de título de cidadão paulistano ao sr. Robson César Correia de Mendonça
- PDL 50/2021 – Outorga de título de cidadão paulistano (póstumo) ao vereador Masataka Ota
- PDL 29 /2022 – Outorga de título de cidadão paulistano ao ilustríssimo Roberto Requião de Mello e Silva
- PDL 38/2022 – Outorga de título de cidadão paulistano a Abel Fernando Moreira Ferreira
- PDL 57/2022 – Outorga de título de cidadã paulistana à sra. Débora Maria da Silva

Homenagens

- PDL 30/2019 – Homenagem em forma de Salva de Prata ao Departamento Jurídico XI de Agosto
- PDL 78/2019 – Homenagem em forma de Salva de Prata ao Grupo Racionais MC's
- PDL 34/2021 – Homenagem em forma de Salva de Prata ao Movimento Independente Mães de Maio
- PDL 24/2021 – Homenagem em forma de Salva de Prata em comemoração aos cinquenta anos do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade – PEPG-EHPS, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP
- PDL 74/2021 – Homenagem em forma de Salva de Prata à Rede Nossa São Paulo
- PDL 45/2021 – Concede a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da cidade de São Paulo à sra. Mara Lúcia Sobral Santos

PRs

Criação de Frentes Parlamentares

- PR 22/2017 – Cria a Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial
- PR 16/2019 – Cria a Frente Parlamentar de Controle das Doenças IST/HIV/Aids e Tuberculose
- PR 32/2019 – Cria a Frente Parlamentar em Defesa dos Feirantes e das Feiras Livres
- PR 10/2020 – Cria a Frente Parlamentar de Apoio ao Setor de Games e Jogos Eletrônicos
- PR 25/2021 – Cria a Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Entretenimento, Turismo, Esporte, Cultura e Eventos em Geral da Cidade de São Paulo
- PR 09/2021 – Cria a Frente Parlamentar de Combate à Fome
- PR 26/2021 – Cria a Frente Parlamentar de Cooperação e Interlocação das Associações e Entidades de Fomento ao Empreendedorismo na cidade de São Paulo

Outros

- PR 13/2015 – Cria a Procuradoria Especial da Mulher na CMSP
- PR 4/2020 – Altera a redação dos Art. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Resolução 23, que institui o Prêmio Hely Lopes Meirelles
- PR 33/2021 – Denomina Gabinete da Liderança do PT Vereador João Carlos Alves, localizada no 6º andar do Palácio Anchieta
- PR 37/2021 – Institui o Prêmio “Carolina Maria de Jesus”

Em tramitação

PLs

- PL 560/2011 – Cria o rótulo descarte padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis
- PL 591/2013 – Inserção das cooperativas e associações de catadores da coleta seletiva no sistema de limpeza urbana do município
- PL 906/2013 – Dispõe sobre ações socioeducativas na rede pública de ensino das escolas municipais, visando a prevenção de violência contra a mulher
- PL 78/2014 – Dispõe sobre o exercício do comércio ou prestação de serviços de ambulantes nas vias e logradouros públicos do município de São Paulo e cria o Conselho Municipal do Comércio ou Prestação de Serviços de Ambulantes
- PL 652/2015 – Institui o Programa Transcidadania, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social
- PL 181/2016 – Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas
- PL 298/2016 – Institui e disciplina o carnaval de rua
- PL 376/2016 – Programa SP Cidade da Música
- PL 400/2016 – Dispõe sobre a criação do Circuito Municipal de Cultura de São Paulo
- PL 416/2016 – Estabelece diretrizes aos centros educacionais infantis para permitir o aleitamento materno
- PL 503/2016 – Dispõe sobre o manejo de espécies arbóreas exóticas
- PL 616/2016 – Determina que sejam disponibilizadas informações sobre termos de compensação ambiental
- PL 26/2017 – Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento a população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana
- PL 187/2017 – Institui cotas étnico/raciais nos espaços de participação e controle social
- PL 246/2017 – Estabelece diretrizes para adoção de medidas de desestatização
- PL 316/2017 – Dispõe sobre os vencimentos e gratificações dos servidores públicos municipais, e dá outras providências
- PL 399/2017 – Declara a “Parada do Orgulho LGBT de São Paulo” como patrimônio cultural imaterial
- PL 426/2017 – Dispõe sobre a incompatibilidade do cargo de procurador do município com a advocacia privada
- PL 536/2017 – Dispõe sobre a afixação obrigatória, nos locais e nas condições que estabelece, da lista de medicamentos disponíveis na rede pública municipal de saúde para a população em geral
- PL 537/2017 – Institui a Política Municipal de Atendimento às pessoas em restrição de liberdade e egressas e dá outras providências

- PL 689/2017 – Dispõe sobre a criação da Feira de Arte, Artesanato, Cultura e Gastronomia Peruana na Praça Coronel Fernando Prestes para comercialização de produtos que provêm da atividade artesanal, cultural e gastronômica da comunidade peruana
- PL 807/2017 – Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade
- PL 9/2018 – Programa Municipal de Empregabilidade Trans
- PL 366/2018 – Cria o Programa de Prevenção de Incêndios nas Ocupações da Cidade
- PL 420/2018 – Altera o parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 16.899 de 24 de maio de 2018 e dá outras providências – (retirado dos conselhos gestores dos parques municipais a prerrogativa de deliberar, fiscalizar, criar normatizações)
- PL 621/2018 – Dispõe sobre a colocação do número de telefone da Ouvidoria da GCM em suas viaturas
- PL 29/2019 – Institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE
- PL 97/2019 – Criação do Parque Municipal Mananciais do Paiol
- PL 200/2019 – Cria o Protocolo unificado para remoções da cidade de São Paulo e dá outras providências
- PL 410/2019 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação ambientalmente adequada e responsável de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos classificados como aproveitáveis
- PL 10/2020 – Garante o uso de banheiros em órgãos públicos e equipamentos públicos municipais, e em centros e estabelecimentos comerciais da cidade por travestis, homens trans e mulheres transexuais de acordo com sua identidade de gênero e dá outras providências
- PL 148/2020 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação e divulgação dos nomes de córregos e rios, bem como seus respectivos cursos sobrepostos no município de São Paulo
- PL 207/2020 – Dispõe sobre a criação do Programa de Renda Básica Emergencial Municipal
- PL 208/2020 – Dispõe sobre a criação de um cartão alimentação para fins de recebimento de créditos destinados a aquisição de cesta básica e participação de empresários na compra e/ou aquisição de cestas básicas para distribuição gratuita às pessoas e trabalhadores
- PL 213/2020 – Institui o Cartão Alimentação para famílias com alunos na rede pública municipal de ensino e de baixa renda
- PL 234/2020 – Suprime o §4º do Art. 138 da Lei nº 15.764, de 27 de Maio de 2013, para extinguir a possibilidade de que decisões condenatórias ou sancionatórias proferidas no âmbito da Controladoria Geral do município sejam submetidas à Comissão Intersecretarial de Julgamento
- PL 278/2020 – Cria o Programa de Assistência aos Artistas Populares do município de São Paulo
- PL 300/2020 – Dispõe sobre a autorização de transporte de crianças e adolescentes durante a pandemia do coronavírus com o objetivo de garantir o tempo de convívio com os genitores que exerçam guarda compartilhada ou guarda unilateral, que não vivam sob o mesmo teto
- PL 324/2020 – Autoriza a instituição do Programa São Paulo Conectada
- PL 343/2020 – Cria a Lei Municipal de Emergência Cultural durante o período de pandemia do Covid-19
- PL 415/2020 – Dispõe sobre a instituição do Programa São Paulo Defende a Vida no Combate ao Covid-19 e autoriza a adoção de medidas de assistência social, devido à pandemia de Coronavírus

- PL 379/2020 – Institui a Galeria de Arte a Céu Aberto como pólo artístico, cultural, histórico e turístico
- PL 437/2020 – Institui a Política Municipal de Fomento a investimentos e negócios de impacto e dá outras providências
- PL 536/2020 – Dispõe sobre medidas de transparência ativa para a divulgação de informações e dados sobre os impactos econômicos e custos orçamentários associados aos deslocamentos realizados por modos de transporte motorizado no município
- PL 603/2020 – Organiza a Política Municipal de Atendimento ao Cidadão e à Cidadã no município de São Paulo
- PL 650/2020 – Demarca Como ZEIS 1 área da cidade de São Paulo localizada entre a Avenida Bento Guelfi com a Avenida Ragueb Chohfi no Jardim Iguatemi
- PL 729/2020 – Dispõe sobre a criação do Parque Municipal “Santuário Chácara Alfomares” e dá outras providências
- PL 47/2021 – Dispõe sobre a substituição de monumentos, estátuas, placas e quaisquer homenagens que façam menções a escravocratas e higienistas
- PL 48/2021 – Dispõe sobre a isenção de pagamento de tarifa nas linhas urbanas de ônibus no âmbito do município de São Paulo às pessoas com idade igual ou maior a sessenta anos
- PL 49/2021 – Dispõe sobre a proibição de artificios arquitetônicos destinados a impedir a permanência de pessoas em espaço público ou capaz de causar desconforto, ofender ou provocar injúria física em praças públicas, viadutos, passarelas, marquises e prédios da administração pública municipal, direta, autárquica ou fundacional
- PL 90/2021 – Institui a Política de Assistência Social no município, institui o Sistema Único de Assistência Social de São Paulo – SUAS-SP
- PL 117/2021 – Institui a “Semana Maria da Penha nas Escolas”
- PL 118/2021 – Dispõe sobre a suspensão de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas promovidas pelo município de São Paulo que resultem em despejo, desocupações ou remoções forçadas enquanto perdurar a pandemia e seus impactos da Covid 19
- PL 165/2021 – Autoriza e disciplina a criação de linhas de créditos emergenciais para enfrentar os efeitos econômicos do isolamento social essencial ao combate da pandemia de Coronavírus
- PL 166/2021 – Estabelece benefício que busca a garantia do emprego dos empregados de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- PL 187/2021 – Estabelece alíquota complementar relativa do imposto predial e territorial urbano aos contribuintes com patrimônio imobiliário superior a seis milhões e duzentos mil reais, e dá outras providências
- PL 191/2021 – Institui o programa de alimentação de qualidade e baixo custo para a população de baixa renda do município de São Paulo
- PL 200/2021 – Criação do Memorial Nacional em homenagem às vítimas da Covid-19 da cidade de São Paulo
- PL 201/2021 – Compatibiliza a participação social prevista no artigo 69-A da lei orgânica do município com situações de emergência e calamidade pública (Programa de Metas)
- PL 358/2021 – Autoriza o Poder Executivo a instituir restaurantes populares no município de São Paulo
- PL 404/2021 – Institui a campanha permanente de incentivo às Cooperativas de Catadores de Material Reciclável

- PL 416/2021 – Obrigatoriedade do uso de microcâmeras compondo o equipamento de uso pessoal, coletes ou capacetes dos integrantes da Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo nas atividades operacionais e instalação de câmeras de vigilância no exterior de viaturas dos órgãos de Segurança Pública
- PL 421/2021 – Institui o Programa Transcidadania no município de São Paulo
- PL 424/2021 – Declara patrimônio histórico, social e cultural a sede do Sindicato dos Metroviários de São Paulo
- PL 513/2021 – Institui o Programa Universidade para Todos do município de São Paulo – PROUNI Municipal, e dá outras providências
- PL 541/2021 – Instalação de bebedouros públicos em toda a região central da cidade, bem como em todas as regiões de grande circulação e/ou concentração de pessoas
- PL 692/2021 – Estabelecimento do Programa Municipal de Proteção à População contra a Covid-19
- PL 694/2021 – Institui o serviço de casas de acolhimento institucional de jovens e adolescentes LGBTs no município de São Paulo
- PL 719/2021 – Dispõe sobre o cadastramento, monitoramento, proteção, conservação e recuperação das nascentes existentes no município de São Paulo, cria o “Programa Adote Uma Nascente”
- PL 736/2021 – Institui a obrigatoriedade de fixação, em local visível, de placas em respeito ao nome social de pessoas trans e travestis
- PL 753/2021 – Decreta o Estado de Emergência Climática no município de São Paulo e dá outras providências
- PL 832/2021 – Institui o Programa “Respeito Tem Nome” voltado à promoção da cidadania de pessoas trans e travestis no município de São Paulo
- PL 877/2021 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Parque Municipal do Rio Bixiga e dá outras providências
- PL 373/2022 – Garante o abono de falta ao trabalho de pais e responsáveis por alunos, para participação em reuniões bimestrais oficializada no calendário escolar das escolas públicas e privadas do município de São Paulo
- PL 580/2022 – Dispõe sobre a autorização de concessão de gratuidade no transporte público municipal em dias de eleições
- PL 584/2022 – Estabelece medidas para enfrentamento ao trabalho em condições análogas à de escravo no município de São Paulo
- PL 699/2022 – Estabelece a Linha Oficial de Pobreza da Cidade de São Paulo e dá outras providências
- PL 52/2023 – Institui a Taxa de Preservação Ambiental - TPA como medida de mitigação de danos causados por aeronaves privadas, particulares e executivas na cidade de São Paulo
- PL 62/2023 – Fica estabelecida a Lei de Equidade Salarial, que regulamenta o artigo 91 da Lei Orgânica Municipal para fixar o limite máximo e a relação entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos da Administração dos Poderes Municipais, e das suas contratadas

Homenagens (nomes de logradouros e outros)

- PL 334/2018 – Denominação João Palma (Escola Municipal de Saúde)
- PL 552/2021 – Instalação de busto em homenagem à Amanda Marfree
- PL 296/2022 – Denomina “Unidade Básica de Saúde Otacílio Madeira”, a UBS Jardim Novo Pantanal

- PL 306/2022 – Denomina “Praça Oswaldo Doreto Campanari”, o espaço público inominado na confluência da rua André Domingues com a Rua Anápolis, no Jardim Paraíso, Mandaqui,
- PL 444/2022 – Altera o nome da rua Tatuíra, localizada em São Miguel Paulista, para rua Doutor Renato Antonio Micali, e dá outras providências
- PL 583/2022 – Denomina Praça Professor Antônio Ignácio Angarita Ferreira da Silva o logradouro inominado que especifica, situado no distrito do Rio Pequeno
- PL 600/2022 – Acrescenta à denominação da rua Jaceguai o nome de Sergio Mamberti

PDLs

- PDL 33/2021 – Salva de Prata em comemoração aos trabalhos realizados na pastoral do Povo da Rua

PLOs

- PLO 3/2019 – Obrigatoriedade do comparecimento anual do prefeito à Câmara para pronunciamento a respeito da situação do município

PRs

Aperfeiçoamento da democracia

- PR 30/2017 – Altera a redação do Art. 91 do Regimento (ler ementa da CPI antes de votar)
- PR 38/2021 – Altera o regimento interno para dispor sobre os projetos de iniciativa popular na cidade de São Paulo

Criação de frentes parlamentares

- PR 40/2017 – Cria a Frente Parlamentar da Participação Social
- PR 50/2017 – Cria a Frente Parlamentar dos Microempreendedores Individuais, das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, das Cooperativas, e do Empreendedorismo, que atuam no comércio popular e ambulante
- PR 53/2017 – Cria a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social
- PR 12/2020 – Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Cinemateca Brasileira
- PR 13/2020 – Criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Concursos Públicos
- PR 14/2020 – Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Periferia
- PR 11/2021 – Cria a Frente Parlamentar de Combate ao Racismo
- PR 12/2021 – Cria a Frente Parlamentar de Combate a Pandemia da Covid-19
- PR 20/2022 – Cria a Frente Parlamentar sobre a Orfandade na cidade de São Paulo, e dá outras providências

Rejeitados

PLs

- PL 225/2017 – Dispõe sobre a reserva de 2% das vagas oferecidas nos concursos públicos às pessoas transgêneras (mulheres e homens transexuais e travestis)
- PL 817/2019 – Institui o Dia Municipal da Maconha Terapêutica
- PL 425/2021 – Dispõe sobre a criação do Parque Municipal do Rio Bixiga
- PL 725/2021 – Dispõe sobre a criação do Parque Municipal do Rio Bixiga

- PL 119/2021 – Dispõe sobre o Estabelecimento de cotas para o ingresso de pessoas trans e travestis no Serviço Público Municipal em cargos efetivos e em comissão
- PL 734/2020 – Cria a “Lei Mães de Maio” que estabelece um programa de enfrentamento aos impactos da violência estatal aos familiares de vítimas e/ou sobreviventes por meio da atenção social, simbólica e de saúde
- PL 148/2020 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação e divulgação dos nomes de córregos e rios, bem como seus respectivos cursos sobrepostos no município de São Paulo
- PL 277/2020 – Dispõe sobre medidas de proteção à saúde pública enquanto perdurar a situação de emergência e calamidade pública decorrente do coronavírus no município de São Paulo

Homenagens (nomes de logradouros e outros)

- PL 329/2017 – Denomina Rua João Baptista Breda logradouro inominado
- PL 584/2018 – Denomina “Unidade Básica de Saúde Joana Sarto Dominguito”, a UBS Vila Ema
- PL 396/2022 – Acrescenta à denominação do Viaduto Jaceguai o nome de Sérgio Mamberti

PDLs

- PDL 2/2017 – Susta o Decreto nº 57.576 (fechamento da Secretaria de Políticas para Mulheres)
- PDL 3/2017 – Susta o Decreto nº 57.581 (dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana)
- PDL 79/2017 – Susta o decreto que diminui o Conselho Participativo
- PDL 92/2019 – Susta o Decreto 58.808 nº de 19 de junho de 2019, que denomina UBS Vila Ema

PLOs

- PLO 1/2016 – Plebiscito na alienação, concessão ou termo de parceria relativo a bens públicos municipais

PRs

- PR 56/2017 – Altera regimento sobre proporcionalidade para eleição do Presidente da Câmara

Representações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Município

Ministério Público:

- Nº MP 14.0695.0000410/2021 – Apuração de supostas irregularidades no uso da verba proveniente do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, durante os exercícios de 2018 e 2019, pelo então Secretário Municipal de Educação Bruno Caetano Raimundo, que teria descumprido o artigo 14 da Lei Federal nº 11.947/2009
- Nº MP 14.0725.0000677/2021-2 – Critérios Normativos para a Gratuidade dos Serviços de Sepultamento, Exumação e Outros Serviços Funerários a Pessoas de Baixa Renda, Impeditivos do Exercício do Direito. Outros Números: SEI Nº 29.0001.0040526.2022-51

- Nº MP 14.0725.0000364/2021-1 – Renda Básica Emergencial Municipal – Leis nº 17.504/20 e 17.553/21- Necessidade de adoção de providências para garantir o pagamento aos ambulantes e suas famílias
- Nº MP 14.0695.0000525/2019-5 – Apuração de suposta irregularidade ocorrida no âmbito da Prefeitura Municipal, que teria publicado um novo Programa de Metas do município de São Paulo, promovendo alterações programáticas em razão da mudança da realidade econômica da cidade de São Paulo. Outros números: protocolo 0048224/19
- Nº MP 42.0725.0000035/2020-4 – Encontro de ossadas supostamente humanas em terreno na Rua Abílio Soares – mortos e desaparecidos da ditadura civil-militar de 1964/1985. Outros números: 66.725.0035/2020-5
- Nº MP 42.0725.0000119/2020-3 – Discriminação contra usuários de origem chinesa; Coronavírus – Uso de elevadores – Prática segregacionista
- Nº MP 36.0725.0000441/2021-8 – Falecimento de Maria Luiza Epifânio Lunetta no Hospital do Servidor Público. Alegação de eventual negligência do hospital e dos médicos responsáveis
- Nº MP 43.0522.0000205/2021-8 – Apuração de eventual irregularidade no Processo de Escolha de Representantes da Sociedade Civil para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – CMDCA/SP, gestão do biênio 2021/2023
- Nº MP 43.0482.0000154/2021-5 – Solicita providências para efetiva participação social e democrática da sociedade no processo de elaboração do Plano Diretor do Parque da Água Branca, em conformidade aos artigos 191 e 193 da Constituição Estadual de São Paulo
- Nº MP 43.0695.0000434/2019-4 – Apuração de eventuais irregularidades ocorridas no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento UPA Vila Santa Catarina, que teriam culminado na falsa denúncia de assédio moral e consequente afastamento do então diretor da entidade Marciano Filgueira da Vila, mesmo sob aparentes protestos do corpo de colaboradores que lá prestavam serviços
- Nº MP 43.0699.0000003/2019-1 – Suposta improbidade administrativa do Decreto nº 64.074, de 18 de janeiro de 2019, que regulamenta a Lei nº 15.556, de 29 de agosto de 2014, que restringe o uso de máscaras ou qualquer paramento que oculte o rosto da pessoa em manifestações e reuniões. Outros números: SEI 29.0001.0004276.2019-80. Protocolo nº 0006873/19
- Nº MP 43.0725.0000013/2018-1 – Pedido de Providência; Equipamento conhecido como balcão de atendimentos ; desestruturação dos serviços. – área da Inclusão Social
- Nº MP 43.0725.0000014/2018-6 – Apuração de atividade comercial sob à ótica da ocupação e da regulação do espaço urbano

Tribunal de Contas do Município:

- TC/010933/2019 DENÚNCIA AMLURB/FMLU – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Municipal de Limpeza Urbana Denúncia acerca de eventual direcionamento no edital da Concorrência nº 01/2018-AMLURB, em benefício das empresas CSJ Sistemas e INOTECH, que deu origem aos contratos nºs 6, 7, 8, 9, 10 e 11/2019-AMLURB, referentes aos serviços indivisíveis de limpeza pública, especialmente em relação a contratação do “Sistema FLIP”
- TC/013051/2021 REPRESENTAÇÃO PMSF – Prefeitura do município de São Paulo (*) Representação em face de supostas ilegalidades cometidas pela Prefeitura do município de São Paulo, referente a restrição de acesso ao Sistema de Processos Eletrônicos (SEI), conforme notícia divulgada em 03.08.2021 pela Folha de São Paulo – UOL, considerando à falta de transparência na divulgação dos dados, bem como à lei de acesso a informações, que é regida pela Lei nº 12.527/2011

- TC/005378/2021 REPRESENTAÇÃO SFMSP – Serviço Funerário do município de São Paulo (*) Representação em face do Pregão Eletrônico nº 41/SFMSP/2020, do Contrato nº 6/SFMSP/2021 e do TA nº 1/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de traslado funerário, para atender os segmentos de remoções, enterros e viagens, incluindo 40 (quarenta) veículos 0 (zero) quilometro adaptados para traslado de corpos, com motorista, com combustível e quilometragem livre
- TC/005381/2021 REPRESENTAÇÃO PMSP – Prefeitura do município de São Paulo (*) Representação em face da efetiva participação social no Programa de Metas 2021-2024 do município de São Paulo proposto pela Prefeitura Municipal de São Paulo
- TC/002283/2021 REPRESENTAÇÃO SEME – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (*) Representação em face do Edital de Chamamento Público nº 00005/2017 do Governo do Estado, cujo objeto é a apresentação, por eventuais interessados da Iniciativa Privada, de estudos técnicos e de modelagem operacional (“Estudos”) para o Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (“Complexo”), situado na Capital do Estado, nas proximidades do Parque Ibirapuera, visando sua exploração econômica em parceria entre o Governo do Estado de São Paulo (“Administração Pública”) e a Iniciativa Privada, na modalidade de concessão onerosa, de acordo com as diretrizes estabelecidas no presente Edital
- TC/005694/2021 REPRESENTAÇÃO SMSUB – Secretaria Municipal das Subprefeituras (*) Representação em face do Contrato nº 12/SMSUB/COGEL/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para locação estimada de 54 (cinquenta e quatro) veículos, conforme Termo de Referência, objetivando garantia mínima de dignidade às vítimas de COVID-19 e seus familiares, pelo período de até 30 (trinta) dias
- TC/017366/2022 REPRESENTAÇÃO SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana (*) Representação em face do Edital de Pregão Eletrônico nº 079/SMSU/2022, cujo objeto é a contratação de serviço de vídeo monitoramento, com o fornecimento de toda a estrutura de equipamentos e mão-de-obra necessária para disponibilização, tratamento e armazenamento das imagens a serem capturadas (Reconhecimento Facial)

Requerimentos de Informações e Pedidos de Acesso à Informação ao Poder Executivo

Ao longo do mandato, o vereador Eduardo Suplicy, prezando pela transparência e acesso à informação, solicitou diversos pedidos de informações para o Poder Executivo, em sua maioria via Comissões Parlamentares. A seguir, os pedidos feitos diretamente pelo mandato do vereador:

- RDS 00172/2017 – 16/02/2017 – Considerando a Expectativa dos Agricultores(as) Paulistanos, bem do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Requeiro, Seja Solicitado ao Excelentíssimo Secretário de Governo Municipal, Júlio Semeghini, informações acerca do Andamento do Projeto “Ligue os Pontos”, da Bloomberg Philanthropies, e do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
- RDS 00173/2017 – 16/02/2017 – Questiona o secretário municipal de Educação sobre os cortes no “Programa Leve Leite”

- RDS 00380/2017 – 29/03/2017 – Solicita Seja Oficiada a Sua Excelência Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo, Senhora Patrícia Bezerra, para que Preste informações sobre os Assuntos que Especifica, Relativos a Políticas de Promoção de Igualdade entre Mulheres e Homens
- RPP 00007/2017 – 04/04/2017 – Requer Solicitação de informações ao Prefeito sobre o Plano de Metas
- RDS 00641/2017 – 16/05/2017 – Requer Diversas informações ao Senhor Secretário das Prefeituras Regionais Bruno Covas Lopes
- RDS 01348/2017 – 24/10/2017 – Requer que Sejam Solicitadas informações ao Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias, Sr. Wilson Poit
- RDS 01349/2017 – 24/10/2017 – Requer que Sejam Solicitadas informações à Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo, Aline Cardoso
- RDS 00440/2018 – 24/04/2018 – Requeiro Seja Solicitado ao Sec.Municipal de Gestão da cidade de São Paulo, Paulo Antonio Spencer Uebel, as informações que Elenca e Justifica Relacionadas à Chegada de Migrantes Venezuelanos nas Últimas Semanas
- RDS 01267/2018 – 19/12/2018 – Requer Seja Solicitado ao Sr. Secretário Municipal da Habitação de São Paulo, as informações que Elenca acerca da Remoção de mais de 3 Mil Famílias Pertencentes a Três Comunidades de Moradores do Peri Alto, Na Zona Norte. a Ação de Desocupação Está Programada para 20/12/18 nas Comunidades Futuro Melhor, Favela do Sapo e Favela da Mata
- RPP 00003/2019 – 09/04/2019 – Solicita o Comparecimento do Prefeito e a Convocação da Secretária Municipal de Gestão à Câmara Municipal para Apresentar Balanço do Programa de Metas e Prestar Esclarecimentos acerca das Mudanças Programáticas Anunciadas
- RDS 00421/2019 – 24/04/2019 – Requer que Seja Solicitado ao Senhor Secretário Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, informações acerca do Atual Funcionamento da Alimentação Escolar, bem como, sobre a Alteração da Forma de Compra desses Alimentos, Contidas nas Instruções Normativas Sme nº 7 e nº 8 de 11 de Abril de 2019
- LAI 38894 – SME – Secretaria Municipal de Educação – 24/04/2019 – Requer que Seja Solicitado ao Senhor Secretário Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, informações acerca do Atual Funcionamento da Alimentação Escolar, bem como, sobre a Alteração da Forma de Compra desses Alimentos, Contidas nas Instruções Normativas Sme nº 7 e nº 8 de 11 de Abril de 2019
- RDS 00440/2019 – 02/05/2019 – Requer que Seja Solicitado ao Senhor Secretário Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo informações acerca da Ppp da Habitação Municipal, conforme Questionamentos
- LAI 39103 – COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação – 20/05/2019 – Requer que Seja Solicitado ao Senhor Secretário Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo informações acerca da Ppp da Habitação Municipal, conforme Questionamentos
- RDS 01034/2019 – 30/09/2019 – Requeiro que Seja Solicitada à Senhora Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Berenice Maria Giannella, informações acerca das Posições Tomadas Pela Prefeitura de São Paulo em Relação aos Centros de Acolhida para a População em Situação de Rua no Município
- LAI 42922 – SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 30/09/2019 – Requeiro que seja solicitada à Senhora Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Berenice Maria Giannella, informações acerca das Posições Tomadas Pela Prefeitura de São Paulo em Relação aos Centros de Acolhida para a População em Situação de Rua no Município

- LAI 43855 – SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – 18/11/2019 – Solicita informações sobre as notificações de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC foram paralisadas entre 2017 e 2018
- LAI 50028 – SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 27/07/2020 – Solicita informações referentes aos serviços de acolhimento da população em situação de rua em tempos de pandemia do coronavírus
- LAI 51793 – SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 25/09/2020 – Solicita informações a respeito do Censo da População em Situação de Rua de 2019, que só foi divulgado parcialmente
- RDS 201/2021 – Solicita informações ao Secretário Municipal de Habitação, Orlando Lindório de Faria, relativas ao pedido feito pela Prefeitura Municipal de São Paulo e autorizado pelo Tribunal de Justiça de desapropriação de 40 lotes no bairro de Campos Elíseos, vizinho ao Largo Sagrado Coração de Jesus, conhecidos como “quadra 37” e “quadra 38”, que abrigam mais de 400 famílias
- RDS 1213/2021 – Solicita ao Executivo informações sobre a execução do contrato de concessão de obra pública do denominado “Circuito das Compras”, celebrado entre a Prefeitura de São Paulo e a empresa Circuito de Compras São Paulo SPE S.A, em 2015 e ordenado sob o nº 013/2015/SDTE
- SME – Cozinhas escolares. Solicita informações acerca do número exato de unidades educacionais com gestão desse tipo de atendimento e quantos Centros de Educação Infantil conseguem acessar os recursos do FNDE/PNAE
- COHAB – Solicita informações acerca do processo de Parceria Público Privada da COHAB-SP, dentre as quais as áreas exatas das obras e a forma de atendimento das famílias
- SMADS – Solicita planilha detalhada contendo todos os Centros de Acolhida para a população em situação de rua em funcionamento na cidade, informando: nome do serviço, endereço, quantidade de vagas (discriminar vagas masculinas e femininas), modalidade (16h ou 24h), SAS de referência, Organização da Sociedade Civil (OSC) da parceria, nº do processo, nº do edital, termo de colaboração, data de vigência (início e término), tipo do imóvel (próprio municipal, alugado pela prefeitura, alugado pela OSC com repasse da prefeitura ou da OSC), valor do aluguel (se alugado) e dotação orçamentária.
- SMUL – Solicita informações sobre notificações de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios -PEUC que foram paralisadas entre 2017 e 2018 na Plataforma de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico
- SMADS – Devido à pandemia, solicita informações acerca de todos os Centros de Acolhida para adultos em situação de rua passaram a ser vaga fixa e 24 horas, e em caso de serviços com vagas de pernoite ou de 16h, informar local e a quantidade de vagas.
- SMADS – Solicita informações acerca da falta de divulgação de dados do Censo da População em Situação de Rua realizado em setembro de 2019, como também acesso aos últimos produtos do referido Censo e à base de dados
- SMSUB – Solicita informações relativas à instalação de pedras embaixo do Viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, na região do Tatuapé, amplamente noticiada pela mídia no dia 1º de fevereiro de 2021
- Subprefeitura Mooca – Solicita informações relativas à instalação de pedras embaixo do Viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, na região do Tatuapé, amplamente noticiada pela mídia no dia 1º de fevereiro de 2021

- SEHAB – Solicita informações relativas ao pedido da Prefeitura Municipal de São Paulo, autorizado pelo Tribunal de Justiça, de desapropriação de 40 lotes no bairro de Campos Elíseos, vizinho ao Largo Sagrado Coração de Jesus, conhecidos como “quadra 37” e “quadra 38”, que abrigam mais de 400 famílias
- SMDHC – Solicita informações acerca do Programa Cidade Solidária
- SMS – Solicita informações acerca da vacinação contra Covid-19 da população em situação de rua. Solicita as datas, sexo, idade e endereço das pessoas em situação de rua que vieram a óbito por Covid-19, como também quantas pessoas em situação de rua já foram vacinadas
- SMSUB – Solicita informações relativas à instalação de pedras embaixo do Viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, na região do Tatuapé, amplamente noticiada pela mídia no dia 1º de fevereiro de 2021. Solicita informações sobre sindicância em face do servidor que autorizou tal ação
- SMUL – Considerando as informações divulgadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo e pela Secretaria Municipal de Licenciamento, publicadas no Diário Oficial de 25 de março de 2021, solicita o cronograma já definido, com datas e procedimentos detalhados de cada uma das etapas do processo de revisão do Plano Diretor Estratégico, tal qual já apresentado ao Comitê de Gestão da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL na quarta-feira, dia 24/03/21. Informar o objetivo do “chamamento” para o processo participativo da revisão do Plano Diretor
- SMADS – Devido à pandemia, a partir de Notas Técnicas e Portaria, a SMADS passou os Centros de Acolhida para adultos em situação de rua para vaga fixa e 24 horas. Em um pedido via e-SIC de agosto de 2020, a SMADS informou que todos os serviços passaram a funcionar 24h com vaga fixa. Entretanto, recentemente descobriu-se que alguns Centros de Acolhida mantiveram seu funcionamento em 16h e com vagas de pernoite. Por favor, informar quais Centros de Acolhida não aderiram à Norma Técnica/Portaria
- SMADS – O Programa de Metas versão inicial apresentado pelo prefeito no dia 01 de abril, em sua meta 14, informa a abertura de 12 Centros de Acolhida e 09 Núcleos de Convivência. Informar quais regiões e quais os perfis serão atendidos
- SMDET – Solicita informações a respeito da Ação Vidas no Centro
- SMADS – Solicita informações acerca das medidas adotadas para evitar mortes na rua, após as notícias do intenso inverno e das mortes nos dias 28 a 30 de junho. Ainda, informar quais os Centros de Acolhida Emergenciais (com as respectivas quantidades de vagas) para encaminhamento de pessoas em situação de rua quando há previsão de temperaturas abaixo de 13º C na cidade de São Paulo
- SMDHC – Solicita acesso às informações sobre denúncias de violação de direitos sofrida pela população migrante, e mais especificamente denúncias de racismo e xenofobia registradas por migrantes via canais da SMDHC nos últimos 4 anos (2018, 2019, 2020 e 2021 – até junho)
- SMADS – Solicita informações acerca da emissão de passagens de ônibus para pessoas em situação de rua, conforme notícia veiculada na Folha de São Paulo no dia 1º de julho deste ano. (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/apostas-de-nunes-para-moradores-de-rua-incluem-passagem-para-terra-natal.shtml>)
- SMADS – Solicita disponibilização de planilha em Excel detalhada e atualizada, contendo todos os Centros de Acolhida para a população em situação de rua e das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em funcionamento na cidade, como também a informação sobre a quantidade de LEITOS disponíveis, não contabilizadas as vagas do serviço dia e novamente do serviço noite, pois assim duplica-se a quantidade de vagas quando o serviço é 24h

- SMDHC – Considerando o crescente aumento da população em situação de rua em nossa cidade e a Lei nº 17.252, sancionada em dezembro de 2019; considerando que, até o momento, apenas o § 2º do artigo 16 e o artigo 27 possuem regulamentação, solicita informações sobre análise do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/19, como também quais os números dos processos eletrônicos (nº SEI) em que consta a elaboração do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/19, e se há previsão para a publicação do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/2019
- SGM – Considerando o crescente aumento da população em situação de rua em nossa cidade e a Lei nº 17.252, sancionada em dezembro de 2019; considerando que, até o momento, apenas o § 2º do artigo 16 e o artigo 27 possuem regulamentação, solicita informações sobre análise do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/19, como também quais os números dos processos eletrônicos (nº SEI) em que consta a elaboração do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/19, e se há previsão para a publicação do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/2019
- CASA CIVIL – Considerando o crescente aumento da população em situação de rua em nossa cidade e a Lei nº 17.252, sancionada em dezembro de 2019; considerando que, até o momento, apenas o § 2º do artigo 16 e o artigo 27 possuem regulamentação, solicita informações sobre análise do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/19, como também quais os números dos processos eletrônicos (nº SEI) em que consta a elaboração do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/19, e se há previsão para a publicação do decreto regulamentador da Lei nº 17.252/2019
- SMDHC – Solicita informações acerca do Decreto nº 59.252, de 06 de março de 2020, que dispõe sobre a reserva, nas contratações realizadas pela Administração Municipal com empresas ou organizações da sociedade civil, de cota mínima de vagas de trabalho em serviços públicos para pessoas em situação de rua
- SGM – Solicita informações acerca do Decreto nº 59.252, de 06 de março de 2020, que dispõe sobre a reserva, nas contratações realizadas pela Administração Municipal, com empresas ou organizações da sociedade civil, de cota mínima de vagas de trabalho em serviços públicos para pessoas em situação de rua
- CASA CIVIL – Solicita informações acerca do Decreto nº 59.252, de 06 de março de 2020, que dispõe sobre a reserva, nas contratações realizadas pela Administração Municipal com empresas ou organizações da sociedade civil, de cota mínima de vagas de trabalho em serviços públicos para pessoas em situação de rua
- SMADS – Solicita informações acerca do Decreto nº 59.252, de 06 de março de 2020, que dispõe sobre a reserva, nas contratações realizadas pela Administração Municipal com empresas ou organizações da sociedade civil, de cota mínima de vagas de trabalho em serviços públicos para pessoas em situação de rua
- SMDET – Solicita informações acerca do Decreto nº 59.252, de 06 de março de 2020, que dispõe sobre a reserva, nas contratações realizadas pela Administração Municipal, com empresas ou organizações da sociedade civil, de cota mínima de vagas de trabalho em serviços públicos para pessoas em situação de rua
- SMUL – De acordo com matéria veiculada no site da Prefeitura Municipal de São Paulo, com o título: “Região do Brás ganhará Boulevard na Rua Tiers, com calçadão para pedestres, paisagismo e fiação aterrada”, no dia 18/08/2021, disponível no link: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/noticias/?p=316732> “A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) coordenou o projeto e fez análise do impacto urbanístico da obra”. Diante do noticiado, solicita acesso à referida análise de impacto urbanístico da obra, na íntegra

- SMDHC – Solicita informações atualizadas acerca do Programa Transcidadania, considerando que é um instrumento de reinserção social que visa ao resgate da cidadania de travestis, mulheres transexuais e homens trans, bem como o aumento do nível de escolaridade
- SMADS – Em julho de 2020, a SMADS iniciou parceria com a rede hoteleira para o acolhimento de idosos que estavam em Centros de Acolhida de adultos. A folha noticiou que a prefeitura contratou mais 1.549 de vagas na rede hoteleira para famílias, homens, mulheres e idosos: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/prefeitura-contrata-cerca-de-1400-vagas-em-hotéis-para-abrigar-moradores-de-rua.shtml>
- Solicita informações sobre vagas, endereços, forma de ingresso e valores dos repasses
- SMADS – A Lei No°14.284/21, que extingue o Programa Bolsa Família, institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, expressa no parágrafo único do Art. 1º que “O Programa Auxílio Brasil constitui uma etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania a que se referem o caput e o parágrafo 1º do art. 1º da Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004”. Solicita informações acerca da gestão do CadÚnico
- SMADS – Solicita informações detalhadas acerca da rede de acolhimento socioassistencial e de outros serviços emergenciais voltados à população em situação de rua
- SPTURIS – Solicita informações detalhadas acerca da Ação Vidas no Centro. 1. Quais os dias e horários de funcionamento? 2. Quais os serviços que são ofertados? Informar a quantidade de banheiros, chuveiros, máquinas de lavar e máquinas de secar. 3. Qual a quantidade de atendimentos diários entre janeiro e junho de 2022? 4. Qual a quantidade de funcionários? Informar a quantidade por área de atuação. 5. O que é distribuído no kit banho? 6. Há uma avaliação dos usuários que utilizam os serviços? Se sim, é possível disponibilizá-la? 7. Qual o custo mensal? Informar os custos discriminados (estrutura, RH, insumos etc.) 8. Há uma previsão de até quando funcionará a estação? 9. Há um planejamento de expansão dos banheiros e lavanderias para outras regiões da cidade? 10. Há um planejamento para as estações, que são provisórias, passem a ser equipamentos permanentes?
- SMDHC – Após ciência de que a estação Júlio Preste da Ação Vidas no Centro é responsabilidade da SMDHC, solicita informações detalhadas acerca da referida estação
- Subprefeitura Sé – Solicita informações: 1. Quantos Autos de Vistoria a Subprefeitura da Sé realizou em imóveis residenciais e comerciais nos últimos 12 meses? Informar a data de cada vistoria. 2. Informar os endereços dos Autos de Vistoria Técnica realizados nos últimos 12 meses pela Subprefeitura da Sé, especificando quais foram aprovados e quais foram reprovados
- SMADS – Solicita informações acerca da quantidade de parcerias da SMADS com OSCs (por ano) nos últimos 10 anos nos equipamentos voltados para a população em situação de rua (discriminar Centros de Acolhida, Núcleo de Convivência, SEAS etc.)
- Solicita informações: 1- Nos últimos 12 meses, quantas vistorias de imóveis foram realizadas pela Subprefeitura da Sé em todo o seu território e em quais endereços elas foram realizadas? 2- Nos últimos 12 meses, quantos autos de infração foram lavrados nestas vistorias e em quais endereços? 3 – Nos últimos 12 meses, quais os endereços dos imóveis que foram interditados?

- SMADS – O programa de Metas 2021-2024, em seu Eixo “São Paulo Justa e Inclusiva” possui a Meta 17, que prevê a implementação de 60 serviços de atendimento à pessoa idosa, com o objetivo de garantir a essa população o pleno exercício de seus direitos e fortalecer a construção e manutenção de vínculos familiares e comunitários. O Relatório de Execução Anual 2021 (<https://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>) informa que foram implantados 9 (nove) novos serviços, cujas secretarias responsáveis são SMADS e SMDHC. Solicita informações detalhadas sobre tais serviços
- SMDHC – O programa de Metas 2021-2024, em seu Eixo “São Paulo Justa e Inclusiva” possui a Meta 17, que prevê a implementação de 60 serviços de atendimento à pessoa idosa, com o objetivo de garantir a essa população o pleno exercício de seus direitos e fortalecer a construção e manutenção de vínculos familiares e comunitários. O Relatório de Execução Anual 2021 (<https://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>) informa que foram implantados 9 (nove) novos serviços, cujas secretarias responsáveis são SMADS e SMDHC. Solicita informações detalhadas sobre tais serviços
- SMADS – Solicita informações sobre registros sobre a orfandade de crianças e adolescentes sob orfandade provocado pela morte de seus pais ou um deles ou de seus cuidadores. Solicitamos informes sobre a presença dessa situação na cidade de São Paulo considerando alguns dos serviços socioassistenciais da cidade de São Paulo, apresentam mais possibilidades de terem esse registro
- SMS – Solicita informações acerca das internações de usuários de substâncias psicoativas internados efetivamente entre 11 de maio de 2022 e 25 de outubro de 2022

Siglas

SME – Secretaria Municipal de Educação

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMUL – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

SMSUB – Secretaria Municipal das Subprefeituras

SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

SMDDET – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

SGM – Secretaria de Governo Municipal

Casa Civil

SPTURIS – São Paulo Turismo S/A

TRABALHARAM NO MANDATO

Amanda Amparo • 2022-2023

Ana Paula Souza Leal • 2018-2019/ 2022-2023

Ana Rafaella Flores Santos Pinto • 2017-2023

Anderson Lopes Miranda • 2017-2018

Beatriz Wendel Abramo • 2019-2022

Bruna Cristina Neves Carnelossi • 2020-2023

Camila Victor da Silva Cardoso • 2017-2019

Cássia Grabert Neves Yebra • 2022-2023

Ciara Pitima de Área Leão • 2017-2023

Danielle Moreira Brito dos Santos • 2021-2021

Edilene Souza Silva • 2022-2022

Enzo Tierno Carreta • 2019-2020

Felipe Natil Martins Moreira • 2020-2021

Felipe Spencer • 2017-2019

Fernanda Ribeiro Gandini • 2017-2018

Flávia Rolim de Andrade • 2017-2021

Flávio Roberto Moura Campos • 2021-2023

Giordano Morangueira Magri • 2017-2021

Giuliano Salvatore Fiusa Magnelli • 2017-2022

Gloria Maria Di Mônaco • 2021-2023

Jacy Szenczi Raduan • 2017-2019

Jean Lucca Silva Dias Lopes • 2020-2022

Joana Agata Mobarah • 2017-2023

Joice Aparecida da Silva • 2017-2023

José Damião da Silva • 2017-2023

Júlia Carvalho Ferreira Barbosa Lima • 2019-2023

Júlia Pereira • 2018-2019

Juliano Augusto de Oliveira Moraes • 2019-2021

Julião Villas • 2019-2023

Kauã Berude Lobo: 2022-2023

Kauã Passerini Rodrigues Leite • 2022-2022

Larissa Baptista D'Alkimin • 2017- 2023

Laryssa Luz Santos de França • 2020-2020

Leandro Teodoro Ferreira • 2017-2023

Lucas Porto Martins • 2022-2023

Luisa Mesquita Piazzzi • 2017- 2023

Marcelo Moreira da Silva • 2017-2019

Maria do Rosário Ramalho • 2017-2019

Maria Lucia Ramos Bellenzani • 2017-2017

Marília Gabriela dos Santos Silva • 2017-2023

Marina Martins Novaes • 2017-2019

Matheus Barbosa Vieira • 2021-2023

Matheus Lobo Lima • 2021-2021

Noélia Presley • 2017-2023

Paloma Santos Souza Castro • 2018-2020

Patricia Rodrigues da Silva • 2017-2018

Rafael Soares Noronha Mendonça • 2019-2023

Rafaella Gonçalves • 2017-2018

Sandra Cristina Ferreira Batalha • 2017-2023

Valéria Amadio Beneton • 2017- 2023

Agradecimento especial

À Mônica Dallari, que se constituiu em extraordinária fonte de inspiração para que eu fosse candidato e pudesse corresponder à confiança de meus eleitores, sempre me chamando a atenção sobre os temas mais importantes, fazendo sugestões sobre como contribuir para a diminuição da violência contra as mulheres, colaborando enormemente para a maior eficiência de minha comunicação nas redes sociais, inclusive sendo uma das principais responsáveis para que, em 2022, eu recebesse o primeiro lugar do Prêmio Influenciadores Digitais, muitíssimo obrigado.

Eduardo Matarazzo Suplicy

DA PUBLICAÇÃO

Projeto gráfico e diagramação:

Eliana Kestenbaum

Texto:

Maria Abramo Caldeira Brant e Julia Lima

Fotografias:

Capa: Lançamento do Manifesto em Defesa da Democracia. Faculdade de Direito da USP. 11.8.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Página 5:** Ato contra a chacina de Paraisópolis. Paraisópolis. 1.12.2019/Foto Lucas Porto Martins. **Página 6:** Locomoção pelo sistema de metrô. Trem da Linha 4 Amarela. 15.09.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Página 9:** Intervenção de mediação entre frequentadores do fluxo, na Cracolândia, e GCM (Guarda Civil Municipal). Rua Helvetia. 09.05.2019/Foto Julia Lima. **Páginas 10/11:** Natal Pop Rua, organizado pelo MST, MSTC e Movimento Gente é Para Brilhar. Quadra dos Bancários. 24.12.2021/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 16/17:** Marcha contra a fome do MTST. Avenida 23 de maio. 13.11.2021/Foto Lucas Porto Martins. **Página 18:** Projeção durante a pandemia de Covid19, pela Renda Básica / Foto Projetemos – Divulgação. **Página 21:** Assembleia de Fundação da Rede Brasileira de Renda Básica. Câmara Municipal. 26.04.2019/Foto Rede Brasileira de Renda Básica – Divulgação. **Página 22:** Ato servidores contra Sampaprev. Largo do Paissandú. 19.02.2019/Foto Lucas Porto Martins. **Página 27:** Manifestação em memória do Ricardo Silva Nascimento, catador assassinado em Pinheiros/Foto Pimp My Carroça – Divulgação. **Página 28:** Ato bolsonarista contra medidas de cuidado contra Covid19. Avenida Paulista. 15.5.2020/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 30/31:** Natal Pop Rua, organizado pelo MST, MSTC e Movimento Gente é para Brilhar. Quadra dos Bancários. 24.12.2021/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 34/35:** Dia Municipal de luta da PopRua. Praça da Sé. 19.8.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Página 36:** Ato na 77ºDP contra violência policial. Minhocão (Elevado Presidente João Goulart). 6.11.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Página 39:** Vistoria no SIAT pelo GTI Cracolândia. SIAT Rua Helvetia. 5.12.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 40/41:** Ato contra violência policial. Av Paulista/Foto Lucas Porto Martins. **Página 42:** Parada LGBTQIA+. Rua da Consolação. 19.6.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Página 45:** Caminhada da Visibilidade Trans. Av Paulista. 29.1.2023/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 46/47:** Festival Comida de Verdade. Ocupação 9 de Julho. 04.8.2019/Foto Lucas Porto Martins. **Página 51:** Reintegração Favela Humanitá. Favela Humanitá. 20.2.2019/Foto Lucas Porto Martins. **Página 52:** Ato pela educação e ciência. Avenida Paulista. 08.05.2019/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 56/57:** Ato pela educação – 15M. Avenida Paulista. 15.05.2019/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 58/59:** Ato de filiação de Douglas Belchior ao PT. Teatro Oficina. 6.12.2021/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 60/61:** Pronunciamento na no plenário da Câmara Municipal, durante manifestação de servidores contra privatizações de serviços públicos municipais. 16.8.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Página 62:** Nascente na Ocupação Vila Nova Palestina, do MTST. Vila Nova Palestina, Zona Sul de São Paulo. 10.11.2018/Foto Lucas Porto Martins. **Página 65:** Manifestação pelo clima. Avenida Paulista. 20.9.2019/Foto Lucas Porto Martins. **Página 66:** Reintegração na Aldeia Indígena do Jaraguá. Aldeia Indígena do Jaraguá. 10.3.2020/Foto Lucas Porto Martins. **Página 69:** Reintegração na Aldeia Indígena do Jaraguá. Aldeia Indígena do Jaraguá. 10.3.2020/Foto Lucas Porto Martins. **Página 70:** Ato em Defesa da Democracia. Faculdade de Direito da USP. 9.1.2023/Foto Lucas Porto Martins. **Página 72:** Pronunciamento na no plenário da Câmara Municipal, durante manifestação de servidores contra privatizações de serviços públicos municipais. 16.8.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Páginas 74/75:** Lançamento do manifesto em defesa da democracia. Faculdade de Direito da USP. 11.8.2022/Foto Lucas Porto Martins. **Página 77:** Evento do PT. Dezembro de 2022/Foto Lucas Porto Martins. **Página 83:** Encontro com a família de Luis Carlos Ruas. Janeiro de 2017/Arquivo Pessoal. **Página 84:** Incêndio Favela Cimento. Favela do Cimento. 23.3.2019/Foto Lucas Porto Martins. **Página 86:** Ocupação na avenida São João. Avenida São João. 3.11.2022/Foto Lucas Porto Martins.

As fotos que acompanham os depoimentos são de arquivo pessoal, com exceção da foto de Salete Campari, à **página 44**, recebendo o título de cidadã paulistana/Foto Fernando Cavalcanti, e a foto de José Celso Martinez Corrêa, à **página 55**, tirada em 15.5.2010, pelo Garapa – Coletivo Multimídia.

